

2
COLEÇÃO
JORNALISMO
NO COLETIVO



LETRA
editorial

TERRITÓRIO E TEXTO: JORNALISMO AMBIENTAL EM SANTA CATARINA

AUTORAS E AUTORES
Edson Rosa
Elaine Tavares
Imara Stallbaum
Miriam Santini de Abreu
Moacir Loth
Rosane Lima

TERRITÓRIO E TEXTO: JORNALISMO AMBIENTAL EM SANTA CATARINA

ISBN: 978-65-88806-02-9



9 786588 806029



Edson Rosa
Elaine Tavares
Imara Stallbaum
Míriam Santini de Abreu
Moacir Loth
Rosane Lima

Território e texto: **jornalismo ambiental em Santa Catarina**



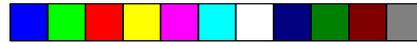
Pobres &
Nojentas



LETRA
editorial

Coleção Jornalismo no Coletivo
Florianópolis (SC) - 2023





L
LETRA
editorial

Textos: Edson Rosa, Elaine Tavares, Imara Stallbaum,
Míriam Santini de Abreu, Moacir Loth e Rosane Lima
Organização e diagramação: Míriam Santini de Abreu
Capa: Sandra Werle (JP00515-SC)

Fotos de capa: Tasso Claudio Scherer

Impressão: OP Editora Gráfica

Textos produzidos em 2023

Edição: Florianópolis, 2023

*Permitida a livre distribuição e cópia desde que cita-
da a fonte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Território e texto : jornalismo ambiental em
Santa Catarina / Edson Rosa...[et al.]. --
Florianópolis, SC : Letra Editorial :
Pobres&Nojentas, 2023. -- (Coleção jornalismo
no coletivo ; 2)

Outros autores: Elaine Tavares, Imara Stallbaum,
Míriam Santini de Abreu, Moacir Loth, Rosane Lima.
ISBN 978-65-88806-02-9

1. Artigos jornalísticos 2. Jornalismo - Aspectos
ambientais 3. Santa Catarina (Estado) - Aspectos
ambientais 4. Território I. Rosa, Edson. II. Tavares,
Elaine. III. Stallbaum, Imara. IV. Abreu, Míriam
Santini de. V. Loth, Moacir. VI. Lima, Rosane.
VII. Série.

23-181522

CDD-070.442

Índices para catálogo sistemático:

1. Artigos jornalísticos 070.442

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



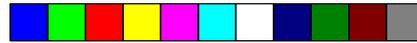
APRESENTAÇÃO

MÍRIAM SANTINI DE ABREU

O livro “Território e texto: jornalismo ambiental em Santa Catarina” contém artigos de jornalistas que, em momentos de sua trajetória, escreveram sobre a relação entre sociedade e natureza no estado. No Brasil, essa cobertura consolidou um campo teórico e prático chamado de jornalismo ambiental. É um campo bem nutrido e a cada dia novos estudos alimentam as reflexões urgentes sobre os impactos do modo de produção capitalista no planeta. Mas, no estado, falta um lugar de onde partir a compreensão do já feito e do – principalmente – por fazer, sinalizando caminhos para jornalistas e veículos interessados nessas coberturas.

Nas conversas com colegas sobre a temática do livro, foram citados e convidados 16 profissionais e chegaram contadas, no prazo indicado, 6 trajetórias. Com elas fechamos esta edição. Quem sabe venham outras para inspirar carreiras como as dos pioneiros Randau Marques, Liana John, Washington Novaes e Lúcio Flávio Pinto, entre outros nomes em todo o país.

Sobre veículos específicos, as pesquisas mostravam como pioneiro o extinto *AN Verde*, encarte que circulou no jornal *A Notícia* a partir de 1999. Em *links* perdidos na nuvem virtual, ainda está disponível um *link* da empresa gaúcha RBS – que em 2016 comprou e depois vendeu, assim como seus outros veículos, o jornal *A Notícia* para o hoje Grupo NSC – no qual se comemoram, em 2014, os 15 anos do encarte. O suplemento fazia parte da estratégia da empresa para implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e da certificação ambiental ISO 14001. O Editorial no *link* também informava que, para celebrar os 15 anos, o *AN Verde* teria uma página especial no site



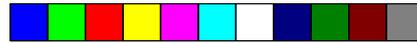
an.com.br com conteúdos extras. Hoje, o site indicado remete para o portal nsc total.com.br/cidades/joinville. Ficaram no passado o suplemento e a marca própria de *A Notícia*.

Na busca por outros veículos, encontrei um artigo publicado em 25 de setembro de 2021 no Portal NSC Total com o seguinte título: “Lauro Bacca: Santa foi o primeiro jornal de Blumenau a abrir espaço à conscientização ambiental”. Bacca é ambientalista e presidente da Associação Catarinense de Preservação da Natureza (Acaprena), a primeira entidade ambientalista do estado. No artigo, Bacca conta que em 1978 e 1979 apareceu o resultado da primeira parceria semiformal entre a Acaprena e o *Santa*. Eram duas páginas inteiras dedicadas ao meio ambiente, publicadas nas edições de fim de semana, editadas pelo jornalista Moacir Loth com o então diretor da Acaprena no cargo da presidência, Nélcio Lindner.

Sabendo disso, a equipe da *Revista Pobres & Nojentas* gravou um depoimento em vídeo de Moacir Loth sobre a iniciativa, disponível em youtube.com/PobresyNojentas, e aqui publicamos um texto dele, feito a nosso pedido dias antes do fechamento do livro. Também reproduzimos, com autorização, o artigo de Lauro Bacca, sinalizando o caminho para quem quiser fazer pesquisas específicas sobre aquela iniciativa no final dos anos 1970.

Atualmente, o site do jornal *O Blumenauense* tem uma aba específica denominada Meio Ambiente dentro do *link* Geral. A primeira notícia é datada de 11 de outubro de 2013. São, portanto, 10 anos de cobertura, igualmente valendo uma pesquisa específica. O *link* é oblumenauense.com.br/tag/meio-ambiente/. A *Folha Metropolitana*, de Joinville, também exibe, no menu do site, o *link* Meio Ambiente, em folhametropolitana.com/meio-ambiente/.

Outro valioso achado foi parte da obra da jornalista Elaine Borges, falecida em 2014. Pesquisando como o extinto jornal *O Estado* havia coberto, em junho de 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente, ou Conferência de Estocolmo (saiu uma notícia breve), encontro um texto de Elaine Borges, com cinco fotografias de Orestes Araújo, publicado em 10 de junho daque-



le ano, merecedor de chamada e foto na capa, intitulado “As famílias que vivem do lixo”. São nove parágrafos impecáveis. Lidos mais de 50 depois, têm a qualidade do eterno acontecer dos grandes textos jornalísticos.

A trajetória de Elaine Borges está contada na dissertação de mestrado de Isadora Muniz Vieira. Ali descobri que aquele foi primeiro texto da jornalista para *O Estado*. Ainda em 1972, para o mesmo jornal, ela fez reportagens, como enviada especial, sobre a viagem dos primeiros colonos de Santa Catarina para a Amazônia.

Ainda em *O Estado*, Francisco Cunha, em texto no livro “Loucos e memoráveis anos: o centenário do Jornal O Estado (1915 – 2015)”, fala sobre o primeiro suplemento agrícola de Santa Catarina, *O ESTADO Agrícola*, com periodicidade semanal, iniciado em 1975 e que durou 10 anos. Conservação do solo e reflorestamento, afirma o autor, estavam entre os temas prioritários nas edições dominicais do suplemento (2015, p. 168).

O jornalista Celso Vicenzi, que foi repórter e editor de Geral em *O Estado* e no *Diário Catarinense*, conquistou em 1996 o Prêmio CEF de Jornalismo Social da Região Sul, com a reportagem “Clima Muda e Planeta Azul Entra em Alerta”. A reportagem, que concorreu com outros 336 trabalhos, é um caderno especial de 16 páginas que abordou as alterações no clima do planeta. A reportagem contou com a participação especial da jornalista Arley Reis, que escreveu, em uma das páginas, a opinião de agricultores e pescadores sobre como sentiam as mudanças. Celso, entre outros trabalhos, também editou um caderno de 12 páginas, no *DC*, sobre o Dia do Meio Ambiente, em 1997, e quando ainda era um jovem profissional, entrevistou o agrônomo e ambientalista José Lutzenberger, o maior defensor, à época, da causa do meio ambiente no país (*O Estado*, 4/4/1982).

Os veículos de comunicação no interior do estado são igualmente um manancial para pesquisas, como se pode perceber em artigo de Eunice Sueli Nodari e Marcos Aurélio Espíndola (2013) sobre aspectos da inter-relação entre o ser humano e o ambiente tendo como exemplo as estiagens que ocorreram na região Oeste de Santa Catarina no



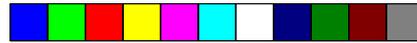
decorrer dos séculos XX e XXI. Eles, entre outras abordagens da História Ambiental, recorrem às notícias em periódicos de diferentes décadas e cidades nos quais são retratadas as dificuldades decorrentes das enchentes.

Uma contribuição individual importante é a obra do falecido historiador caçadoreense Nilson Thomé, em especial o livro “O Ciclo da Madeira no Contestado: Um Retrato do Século XX”, de 2010, que atualiza publicação de 1995. Apesar de o livro não se construir como reportagem, o fato de Nilson ter sido também jornalista traz ao texto agradável fluência, além de referências fundamentais para compreender a formação socioespacial de Santa Catarina. O autor mostra como 100 milhões de araucárias viraram 300 milhões de toras; serradas, elas produziram cerca de 600 milhões de dúzias de tábuas ou 240 milhões de metros cúbicos de madeira em 70 anos. Um livro-reportagem sobre esse mundo tombado e as consequências ambientais seria uma obra imprescindível para Santa Catarina.

Para encontrar mais vestígios da obra de jornalistas catarinenses sobre meio ambiente, outro caminho é o Prêmio Fatma de Jornalismo Ambiental. A Fatma hoje é o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) e no site da instituição estão os nomes dos jornalistas vencedores nas edições do prêmio. A pesquisa pode indicar nomes, temas e abordagens ao longo dos anos em diferentes veículos de comunicação.

Nas universidades do estado, há trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado que, de algum modo, abordam a cobertura jornalística na área em Santa Catarina e podem auxiliar na busca das contribuições, ao menos desde a década de 1980, quando a temática começou a ser coberta de forma mais sistemática no Brasil. Falta um banco de dados que reúna esses trabalhos. Também é importante analisar as disciplinas que tratam ou trataram do jornalismo ambiental nas instituições de ensino no estado.

Em meu artigo, falo sobre a disciplina que propus e ministrei na UFSC, e soube de disciplinas sobre a especialidade aqui analisada na Unidavi, em Rio do Sul, no IELUSC, em Joinville, na Univali, em Ita-

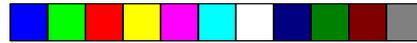


jaí, na Uniplac, em Lages, e na UnoChapécó. Analisar esse conjunto de iniciativas pode servir para levar a discussão aos cursos de jornalismo em face da crise climática e do conhecimento necessário para compreender e noticiar os impactos no espaço geográfico catarinense. Um lugar para começar é a dissertação de mestrado de Augusta Fehrmann Gern intitulada “Comunicação e meio ambiente nas salas de aula: um olhar sobre o jornalismo ambiental no ensino superior do sul do Brasil”.

Independentemente de as empresas de comunicação dedicarem ou terem dedicado cadernos ou editoriais específicas para a cobertura ambiental, até por se tratar de uma cobertura transversal, o problema hoje é o encolhimento gradativo dos veículos. Em Florianópolis, por exemplo, apenas uma empresa das duas principais no ramo mantém jornal diário impresso, e as equipes estão cada vez mais enxutas e menos remuneradas para o trabalho. As redes sociais também estão restringindo conteúdos jornalísticos.

Nesse quadro, muitas reportagens importantes sobre Santa Catarina estão saindo em veículos como a *Agência Pública*, o *Intercept Brasil* e os *Jornalistas Livres*, em parceria com jornalistas e veículos independentes do estado, por falta de lugar onde publicar. Busquei, com colegas jornalistas, encontrar alternativas para a mídia independente disputar os polpidos recursos repassados pelas prefeituras e o governo do estado às agências publicitárias e aos grupos NSC e ND, mas a legislação é feita para beneficiar os graúdos, restando aos pequenos os magros e competitivos editais de cultura ou os programas de inovação oferecidos por gigantes suspeitos como o Google.

Nos marcos da soberania comunicacional, é insuficiente o debate da chamada democratização da comunicação para buscar verbas ou espaços marginais dentro dos grandes meios, que atuam na lógica do jornalismo como negócio, ainda que tenhamos exemplos de jornalistas, nesses meios, atuando com seriedade no raso mar de possibilidades abertas para o exercício crítico da profissão. O conceito de soberania comunicacional é desenvolvido pela jornalista Elaine Tavares no sentido de a comunicação popular/comunitária/libertadora precisar

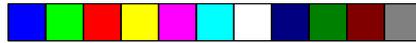


superar a posição de resistência e caminhar para a conquista dos meios massivos, articulada aos que lutam para transformar o mundo: “Avançar para o novo, ser capaz de pavimentar outra práxis” (TAVARES, 2015). Democratizar de pouco ou nada adianta face ao tsunami de mentiras circulando nas redes sociais e ao silêncio imposto pela grande mídia quando as pautas gritam, mas ameaçam interesses políticos e econômicos.

A situação é incompatível com a realidade socioespacial tão diversa de Santa Catarina e a necessidade de um jornalismo que a interprete. O geógrafo Armen Mamigonian (2003) afirma que, no decorrer do processo histórico, delinear-se em Santa Catarina três regiões industriais importantes identificadas como a região alemã, o Oeste agroindustrial e a região carbonífero-cerâmica do Sul. Cada uma dessas regiões lida com os impactos ambientais comuns, como o desmatamento e a poluição do solo e da água, mas singulares na forma como se expressam no cotidiano da população. No litoral, dia a dia a especulação imobiliária vai afetando a paisagem e o bioma costeiro. Porém, o jornalismo catarinense hoje não está à altura de tão complexa realidade.

Para sinalizar caminhos, trazemos, na presente publicação, seis textos. **Quatro décadas de atraso ambiental e urbano na Ilha do faz de conta**, de Edson Rosa, mostra a trajetória de um repórter comprometido com a cidade e sua população e delinea a história ambiental de Florianópolis. O jornalista que está chegando na capital catarinense tem no artigo um roteiro dos assuntos com potencial para render boas pautas. Escreve Edson: “Ao jornalista cabe compreender o funcionamento orgânico das cidades e, acima de tudo, testemunhar as transformações ambientais, urbanas e culturais, sem omissão”.

A luta ambiental não é jardinagem, texto de Elaine Tavares, narra sua trajetória de jornalismo e militância enlaçada com as lutas ambientais. Ela relembra a organização dos moradores do Campeche, no Sul da Ilha de Santa Catarina, para defender o bairro nas discussões sobre o Plano Diretor, e descreve o papel da mídia alternativa no processo: “Caminhamos nessa via dupla: a luta pelo equilíbrio ambiental



com a luta de classe para a destruição desse modo de produção que envenena tudo que toca”, escreve Elaine.

Já Imara Stallbaum, no texto intitulado **Um pauteiro que usava batina**, relembra reportagens ambientais que marcaram sua trajetória em diferentes veículos e para as quais entrevistou pesquisadores pioneiros na área, como Raulino Reitz e José Lutzenberger. Escreve Imara: “Aos poucos fui aprendendo que matéria de meio ambiente não se restringia a desmatamento, que as questões ambientais, como dizia Randau Marques, com quem trabalhei no *Jornal da Tarde*, têm de ser olhadas do ponto de vista mais interdisciplinar possível”.

Jornalismo e suas geografias e estranhezas, título de meu texto, conta como nasceu o meu interesse pelo assunto, aponta elementos teóricos para o fazer jornalístico, em especial a teoria marxista do jornalismo de Adelmo Genro Filho, e analisa a contribuição da *Revista Pobres & Nojentas* para a compreensão das tensões entre sociedade e natureza em Florianópolis e Santa Catarina. Entre 2006 e 2013, nas 30 edições impressas da revista, as lutas históricas do movimento popular e sindical encontraram espaço para se expressar.

Em seu texto, intitulado **A cobertura de Meio Ambiente no Jornal de Santa Catarina**, Moacir Loth fala sobre o nascimento da editoria no jornal de Blumenau, publicada entre 1978 e 1979 nas edições de domingo com a parceria da Acaprena. A editoria priorizava a prevenção, a educação e a conscientização ambiental. Uma campanha abraçada na época, conta Moacir, defendia a inclusão da Ecologia no currículo escolar.

Para finalizar, Rosane Lima, no artigo intitulado **Sobre fotojornalismo e meio ambiente**, aborda o tema na perspectiva da repórter fotográfica comprometida com as pautas sociais e ambientais. Ela relembra momentos da trajetória profissional em diferentes veículos, nos quais conviveu com profissionais empenhados no bom fazer jornalístico, “aprofundando o entendimento de que as pautas sociais, como o direito à moradia, estão diretamente ligadas aos temas ambientais”.

Um caminho para quem deseja aprofundar pesquisas sobre o jor-



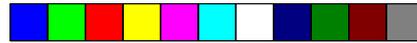
nalismo ambiental é consultar a página do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental (jornalismoemeioambiente.com), da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em 2023, o projeto celebra 15 anos, e as indicações ali fornecidas permitem aos e às interessadas navegar no conhecimento acumulado nas últimas décadas.

Um dos livros disponíveis é “Jornalismo Ambiental: teoria e prática”, organizado por Ilza Maria Tourinho Girardi, Cláudia Herte de Moraes, Eloisa Beling Loose e Roberto Villar Belmonte e lançado em 2018 com 11 capítulos que apresentam, a partir de diferentes óticas, como o jornalismo pode favorecer o entendimento mais crítico e contextualizado dos temas ambientais. O grupo faz parte da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA). O trabalho feito por colegas no estado vizinho mostra o quanto é possível avançar em Santa Catarina.

Para isso, o presente livro apresenta experiências jornalísticas na área ambiental e busca abrir novos horizontes conceituais e de atuação profissional, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico. De todos os modos, há nele profundo amor pelo fazer jornalístico.

Registro dois agradecimentos: ao Tasso Claudio Scherer, proprietário da livraria “Desterrados”, na Rua Tiradentes, Centro de Florianópolis, um homem que ama os livros e a fotografia e cedeu a foto da capa e da contracapa, e à Sandra Werle, que fez a capa e é mais uma vez parceira da *Revista Pobres & Nojentas* neste segundo livro – o primeiro foi “A rebelião do vivido no jornalismo independente de Florianópolis”, de 2020. Com os dois, batizamos essa coleção de “Jornalismo no Coletivo”. Sandra é uma jornalista cujo trabalho tem a marca das lutas sociais e sindicais no estado de Santa Catarina. Por fim, expresso a admiração pelos colegas jornalistas que toparam dedicar um tempo de suas vidas à elaboração de parte de suas trajetórias aqui registradas.

Juntos e juntas seguimos!



Referências

AN Verde. **Editorial**. Disponível em: https://www.clicrbs.com.br/sites/swf/an_especiais_anverde/index.html. Acesso em: 4 nov. 2023.

BACCA, Lauro. Santa foi o primeiro jornal de Blumenau a abrir espaço à conscientização ambiental”. **NSC Total**, Blumenau, 25. set. 2021.

BORGES, Elaine. As famílias que vivem do lixo. **O Estado**, Florianópolis, 10 jun. 1972. caderno II, p. 9.

CUNHA, Francisco. O jornal e as conquistas. In: SARDÁ, Laudelino José; MEDAGLIA, Mário. **Loucos e memoráveis anos: o centenário do Jornal O Estado (1915 – 2015)**. Palhoça: Ed. Unisul, 2015, p. 163-168.

GERN, Augusta Fehrmann Gern. **Comunicação e meio ambiente nas salas de aula: um olhar sobre o jornalismo ambiental no ensino superior do sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MAMIGONIAN, Armen. **Projeto integrado de pesquisa: Santa Catarina – sociedade e natureza**. Relatório final de pesquisa. Florianópolis, 2003.

NODARI, Eunice Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. Relações complexas: as estiagens no Oeste de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; CORREA, Sílvio Marcus de Souza (orgs.). **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2013, pp. 165-184.

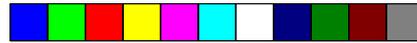
TAVARES, Elaine. **A comunicação popular e a soberania popular**. IELA. 15 de janeiro de 2015.



THOMÉ, Nilson. **O Ciclo da Madeira no Contestado**: um Retrato do Século XX. Curitiba: MTé Gestão em Comunicação, 2010.

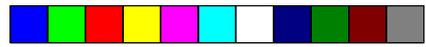
VIEIRA, Isadora Muniz. **A Ilha da Magia de Elaine Borges**: um passeio pelo passado de Florianópolis através da trajetória da jornalista (1972 - 1999). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2019.





SUMÁRIO

QUATRO DÉCADAS DE ATRASO AMBIENTAL E URBANO NA ILHA DO FAZ DE CONTA	15
Edson Rosa	
A LUTA AMBIENTAL NÃO É JARDINAGEM	40
Elaine Tavares	
UM PAUTEIRO QUE USAVA BATINA	60
Imara Stallbaum	
JORNALISMO E SUAS GEOGRAFIAS E ESTRANHEZAS	70
Míriam Santini de Abreu	
A COBERTURA DE MEIO AMBIENTE NO JORNAL DE SANTA CATARINA	89
Moacir Loth	
SOBRE FOTOJORNALISMO E MEIO AMBIENTE	91
Rosane Lima	
SOBRE OS E AS AUTORAS	100





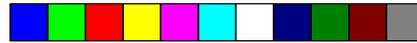
QUATRO DÉCADAS DE ATRASO AMBIENTAL E URBANO NA ILHA DO FAZ DE CONTA

EDSON ROSA

Minhas andanças como repórter na “grande imprensa” de Santa Catarina, empregado com registro na Carteira de Trabalho desde 1980 em emissoras de televisão e jornais impressos sediados ou com sucursais em Florianópolis, me permitiram conhecer o potencial ecológico da cidade e dos municípios vizinhos. Em pouco mais de 40 anos de profissão nas funções de repórter, editor, chefe de reportagem ou pauteiro, estive em praticamente todas as áreas da redação – da Polícia à Política. A maior parte desta trajetória passei na editoria de Geral, ou Cidade, direcionada a questões urbanas e ambientais, atento aos impactos da falta de planejamento e às consequências disso na vida das pessoas.

O que ainda vejo, agora na condição de mero observador, é o extraordinário patrimônio natural ser delapidado pela ação humana. Sou testemunha da degradação ambiental que altera a própria geografia do lugar, elimina até mesmo costumes e meios de subsistência das camadas mais pobres da população. Como cidadão nativo e criado de pés descalços nas restingas de praias outrora limpas do Norte da Ilha, orgulhosamente nunca cooptado pela política do “toma lá, dá cá”, muito tenho a lamentar.

Lamento, sobretudo, a inexistência de consciência coletiva capaz de frear as recorrentes ações antrópicas promovidas por quem insiste em defender o turismo intensivo e predador como fonte de emprego e renda para a cidade. Infelizmente, os impactos ambientais têm sido acumulativos e, ao mesmo tempo, camuflados, maquiados, mitigados

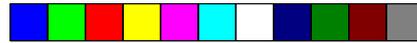


pela prevalência do jogo de interesse econômico. Predomina na “Ilha da magia” a mentalidade voltada a negócios e à multiplicação de cifras, em detrimento dos conceitos de sustentabilidade e à proteção de rios, manguezais, costões, encostas e florestas, biomas extremamente frágeis e de difícil regeneração espontânea a médio prazo.

Florianópolis retrocede, sistematicamente, em termos de gestão ambiental. Atraso que parece ser deliberado, provocado exatamente para atender a interesses financeiros nem sempre éticos de agentes públicos e da iniciativa privada. A cidade funciona em torno de um modelo ultrapassado, praticado há pelo menos meio século principalmente pela construção civil e demais setores agregados à hotelaria e à indústria do turismo. Trata-se de um padrão econômico cruel, que, em busca de atrativos para quem pode pagar, oferece apenas a subsistência aos trabalhadores locais e aos migrantes que aqui desembarcam o ano inteiro, muitas vezes sem qualificação, em busca de oportunidades de trabalho.

Naturalmente forçada a correr os riscos da informalidade sazonal, esta mesma mão de obra barata é submetida a jornadas exaustivas em bares, restaurantes, hotéis, pousadas e demais prestadoras de serviços, geralmente em troca de salários aviltantes, aquém dos gastos mensais com alimentação, habitação e transporte. São, na maioria, pessoas que ao final de cada temporada de veraneio engrossam as fileiras de desempregados, a quem resta o desalento das ruas ou a insegurança da clandestinidade das submoradias erguidas em áreas de proteção ambiental, as ditas “ocupações irregulares”. Estes sim, estão sujeitos aos rigores da lei e à truculência policial. Na outra ponta do negócio prevalece o acúmulo de riqueza e de poder, privilégios desfrutados por empreendedores inescrupulosos mancomunados com políticos interesseiros e mesquinhos.

A presença diária na redação e a rotina da reportagem nas ruas me credenciam a repudiar cada ação ou omissão degradantes que comprometam a qualidade de vida e os variados ecossistemas da Ilha. Por isso, faço questão de reverenciar o pioneirismo e a resistência de algumas poucas organizações da sociedade civil que em outros tempos



aqui militaram. Entre elas, a Acapra (Associação Catarinense de Proteção dos Animais), ativismo ambiental e social que remonta à década de 1980. Graças àqueles voluntários, e voluntárias, tantas vezes escoraçados das comunidades litorâneas mais “tradicionais” de Santa Catarina, a imprensa abriu espaço a debates, campanhas educativas nas escolas públicas e particulares e a mudanças importantes na legislação que trata da crueldade e dos maus tratos contra os bichos, incluindo a famigerada e controversa farra do boi.

Prática quase sempre estimulada e manipulada eleitoralmente por prefeitos, vereadores e lideranças comunitárias politiquieiras, durante anos seguidos a farra foi utilizada como espécie de compensação à ausência de políticas públicas saudáveis para a população de baixa renda. Disfarçado de tradição, o legado colonial luso-açoriano de correr atrás do boi e acuá-lo para desafiar a própria coragem em uma tourada campal, sem regras ou limites, tornou-se obsessão. Era o que restava diante da falta de opções de acesso à cultura, à educação e ao lazer sadios.

Quem também deixou uma lacuna jamais preenchida no ativismo ambiental de Florianópolis foi o MEL (Movimento Ecológico Livre), grupo de importância fundamental no enfrentamento aos primeiros crimes contra a natureza na parte insular da cidade. Formada basicamente por ambientalistas, lideranças comunitárias, acadêmicos e cientistas da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), foi a primeira organização não-governamental a reagir à pressão empresarial e política. Foram eles os primeiros a levantar vozes e bandeiras contra a ocupação imobiliária irresponsável e criminosa dos diferentes ecossistemas da Ilha.

Inúmeras outras entidades similares apareceram neste meio tempo, educação e conscientização ambientais pareciam irreversíveis no contexto da organização comunitária de Florianópolis. Sem apoio ou cobertura da mídia tradicional, porém, nem todas resistiram, muitas sucumbiram diante das pressões políticas e econômicas. Alguns viraram os “ecochatos”, ou a “turma do contra”, como eram jocosamente rotulados ativistas ambientais e lideranças não alinhadas ao sistema polí-



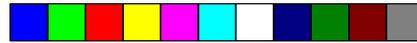
tico oligárquico e predador que se perpetua na administração pública catarinense. Hoje em dia, mesmo que a mobilização seja, evidentemente, facilitada pelo uso massivo da tecnologia digital, falta atitude política nas redes sociais.

Monumentos do contraste

Dentre tantos crimes ambientais prescritos pela omissão pública e desinteresse popular em Florianópolis, há ícones em permanente contraste com as paisagens naturais nas quais estão inseridos. Estimulados por sucessivas gestões municipais, liberais e progressistas, são shopping centers, complexos hoteleiros e hospitalares, condomínios de alto padrão internacional, obras grandiosas que causaram o desaparecimento abrupto ou gradativo de rios, mangues, costões e dunas, e das respectivas biodiversidades. Sob o argumento consolador de que geram empregos, lhes é permitido passar impunemente por cima da legislação ambiental e dos interesses de pessoas humildes. Em nome do desenvolvimento econômico, agem como se realmente os fins justificassem os meios e os sucessivos erros.

Um dos empresários a quem tudo é liberado em Florianópolis é o multimilionário Fernando Marcondes de Mattos, do gigantesco complexo turístico formado pelos empreendimentos Costão do Santinho Resort, Costão Golfe e Marina do Costão, em Ingleses. São projetos de altíssimo padrão internacional, cujas obras afetaram a biodiversidade de dunas, restingas, aquíferos e costões, além de explorar comercialmente o território sagrado e a marca milenar de importante sítio arqueológico, ao Norte da costa insular.

Político ligado aos extintos PDS (Partido Democrático Social) e PFL (Partido da Frente Liberal), oriundos da antiga Arena (Aliança Renovadora Nacional), que deu sustentação política ao golpe militar de 1964, Marcondes de Mattos foi um dos mais importantes aliados dos ex-governadores Esperidião Amin, Wilson Kleinubing e Jorge Bornhausen. Foi secretário de Estado de Fazenda, servindo aos mais autênticos representantes das oligarquias que durante décadas seguidas se mantiveram no poder em Santa Catarina.

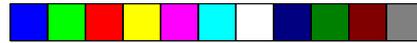


A influência política e econômica, contudo, não bastou para tirar Marcondes de Mattos da lista de investigados na Operação Moeda Verde, da Polícia Federal, desencadeada entre 2006 e 2007. Ele foi um dos 19 presos em inquérito com 22 indiciados pela Vara Ambiental da Justiça Federal em Santa Catarina, para apurar a venda de licenças ambientais envolvendo também outros renomados empresários, os vereadores Juarez Silveira e Marcílio Ávila, integrantes do primeiro e segundo escalões da Prefeitura de Florianópolis e fiscais da extinta Fatma (Fundação Estadual do Meio Ambiente). O caso mexeu com as estruturas do poder político de Florianópolis, com respingos na construção civil e em grandes empreendedores, alguns deles conhecidos pela voracidade com que devoram o patrimônio natural da cidade. A imprensa local, de certa forma obrigada a dar espaço à investigação da Operação Moeda Verde, inicialmente manteve a cobertura em destaque. Aos poucos, porém, o assunto foi retirado da pauta, até cair no esquecimento.

Capivari de Ingleses e Rio Vermelho, entre o Norte e o Leste da Ilha, é outra região de Florianópolis urbanizada na marra, às custas da propina que se revela prática comum e antiga na fiscalização da Secretaria Municipal de Obras. Em 2013, foi possível registrar a “cidade clandestina” que se espalhava por ruelas abertas sobre dunas, fora das especificações legais, e um número enorme de prédios sendo erguidos por “debaixo dos panos”. Inclusive com esquema fraudulento para ligações elétrica e de água. Coleta e tratamento de esgoto não existem, e a corrupção de agentes públicos se repete.

O dia a dia na rua permite ao repórter enxergar a cidade de diferentes ângulos. Em meio ao caos ambiental, sempre sobra algum espaço para bons exemplos, modelos sustentáveis de desenvolvimento urbano voltados à sobrevivência humana no Planeta, com simplicidade e eficiência. Assim como fazem recicladores e recicladoras de resíduos urbanos, garimpeiros atentos e capazes de tirar proveito daquilo tudo que poderia ser descartado indevidamente no meio ambiente.

Seja na coleta nas ruas ou na separação e no reaproveitamento, a reciclagem tem sido um dos melhores indicadores de qualidade de vida.

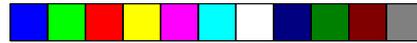


Localizado desde 2009 em região hoje densamente habitada do entorno da UFSC e junto aos entroncamentos das SCs 401 e 404, acessos às praias do Norte e do Leste da Ilha, o galpão do Núcleo de Triagem de Material Reciclado do Centro de Florianópolis é local de trabalho para dezenas de famílias e exemplo de transformação ambiental. Conhecida como antigo lixão do Itacorubi e degradada durante 45 anos, entre 1956 e 2000, a área contigua ao manguezal foi recuperada pela Comcap (Companhia de Melhoramentos da Capital). Atualmente é o Centro de Valorização de Resíduos.

Lá, funciona também a estação de transbordo e transporte dos resíduos sólidos não recicláveis para o aterro sanitário de Tijuquinhas, em Biguaçu, serviço terceirizado pela Prefeitura. O pequeno e prosaico Museu do Lixo, aberto ao público e a visitas agendadas por escolas públicas e privadas de Florianópolis e região, dispõe de auditório para palestras de educação ambiental. Mais do que excelente opção de lazer, é também lição para quem pretende aprender a controlar o consumismo exacerbado e supérfluo.

Longas caminhadas pela floresta virgem ensinam a decifrar alguns dos mistérios da Ilha, conhecer cada árvore e as propriedades terapêuticas de folhas, cascas, caules, ervas, flores e cipós. O contato com a gente simples do interior da Ilha permite a descoberta dos sabores ancestrais das *pancs*, as plantas alimentícias não convencionais, com uso culinário estudado cientificamente pela Epagri (Empresa de Pesquisas Agropecuárias) e, gradativamente, introduzido na merenda escolar das escolas públicas. Convivência que significa, também, compreender o conhecimento empírico de homens e mulheres sem estudos que fazem a leitura exata de cada um dos sinais da natureza, entendem as influências da lua, das marés e dos ventos nos próprios meios de subsistência.

O canto dos passarinhos e o silêncio da floresta foram quebrados pelo ruído metálico da construção civil, em franca expansão a partir dos anos de 1990. Ao mesmo tempo, estudos permitiram compreender os diferentes ciclos reprodutivos de aves, répteis, mamíferos e insetos com quem o homem compartilha territórios para sobrevivência e



na Ilha têm características próprias. Os insetos, por exemplo, revelaram o mundo extraordinário pesquisado pelo Laboratório de Abelhas Nativas da UFSC, que até 2016 já tinha identificado e catalogado na Ilha 203 espécies, sendo 12 sem ferrão. Entre elas, merece ser citada a endêmica *Monoeca catarina*, com ocorrência exclusiva na praia de Naufragados, no extremo Sul.

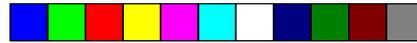
Em todo o Estado, os pesquisadores até aquela data haviam chegado a 320 espécies, 18 sem ferrão. Destas, as mais comuns são as abelhas tubuna, jataí e mandaçaia, de baixa produtividade, com mel de menor densidade e extraordinárias qualidades medicinais e gastronômicas. O trabalho consiste, ainda, na preservação de valiosa variedade de bromélias coloridas, polinizadoras, algumas encontradas apenas nos pontos mais remotos da mata atlântica que protege as encostas e emoldura o território insular da cidade.

No mar, trabalhadores incansáveis se especializaram no cultivo de ostras, vieiras e mexilhões. Crescem com a maricultura, alternativa econômica à baixa produção da pesca artesanal, praticamente restrita ao lazer de quem pode pagar ou à subsistência das comunidades tradicionais. Lamentável mesmo é o desaparecimento do popular berbigão, provavelmente relacionado aos aterramentos dos manguezais e das croas, somadas à cata excessiva para atender ao aumento da demanda comercial. Molusco bivalve e iguaria de sabor característico, o berbigão, ou vôngole, é consumido pela população extrativista do litoral desde o homem dos sambaquis, a pelo menos cinco mil anos atrás.

O alargamento, ou engordamento, das praias tem sido uma das ações para atração de turistas nacionais e estrangeiros ao litoral do Estado. Por outro lado, tem sido cada vez mais difícil a convivência com a poluição ambiental, com destruição de rios, lagoas e manguezais, em detrimento dos conceitos de cidadania, saúde e qualidade de vida.

Muitos crimes, pouco espaço

Apesar da crescente demanda por mais atenção ecológica, nas quatro décadas em que atuei na imprensa, não existia em periódicos e



telejornais catarinenses uma editoria especializada na cobertura de crimes ambientais e seus impactos sociais. A única publicação pautada exclusivamente pelo tema foi o suplemento quinzenal *AN Verde*, a partir da década de 1990. Caderno produzido e encartado por *A Notícia*, de Joinville, com circulação estadual, foi, no entanto, claramente criado para atender aos interesses comerciais da empresa, com pouquíssima, ou quase nenhuma, independência jornalística.

Naquele período, este paradigma foi de certa forma quebrado por outro suplemento de *A Notícia*, mas de abrangência mais restrita, o *AN Capital*. Foi criado no início da década de 1990 pelo jornalão de Joinville, que tinha dificuldades de penetração e circulação em Florianópolis, diante da concorrência com *O Estado*, então o mais antigo de Santa Catarina, com sede na Capital, e a chegada do *Diário Catarinense*, na época a aposta empresarial do grupo RBS (Rede Brasil Sul), do Rio Grande do Sul, na busca do monopólio do jornalismo local. RBS que tanto quis, até sucumbir em dívidas, vender a estrutura no Estado e atualmente operar sob a marca NSC (Nossa Santa Catarina).

Em pouco tempo, o *AN Capital* deixou de ser um mero encarte. Se tornou referência em bairros de Florianópolis e nas vizinhas São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz, cidades sem tradição em jornalismo diário. Foram 13 anos de independência editorial, até ser comprado e extinto pela própria RBS, no início dos anos 2000.

Poluição de rios, aterramentos de manguezais, desmatamentos de encostas e incêndios suspeitos nos parques estaduais do Rio Vermelho e da Serra do Tabuleiro estiveram frequentemente em pauta. Na Ilha, uma das coberturas sistemáticas do *ANC* foi a grilagem de APP (Área de Proteção Ambiental) de dunas e restingas do entorno da Lagoa Pequena, no Campeche, região com expressivo adensamento populacional.

No início dos anos 2000, o *Notícias do Dia* manteve durante algum tempo uma página dominical identificada pela cartola “Caminhos da Natureza”. Foi mais um espaço de interesse comercial, sem auto-



nomia editorial, voltado a pautas encomendadas. As empresas de comunicação priorizam seus próprios interesses financeiros e políticos, defendem empreendimentos que garantam faturamento.

Ao jornalista cabe compreender o funcionamento orgânico das cidades e, acima de tudo, testemunhar as transformações ambientais, urbanas e culturais, sem omissão. Florianópolis, pequena cidade com vícios de metrópole, deixa à mostra as diversas nuances da sua própria metamorfose: a pacata colônia de pesca dá lugar à babilônica mistura de sotaques e se torna um dos mais caros destinos turísticos do Brasil, um dos mais cobiçados do mundo. Oferece diversão, sabores e praias para todos os gostos e bolsos, independentemente da falta de mobilidade urbana, da baixa qualificação dos prestadores de serviços e da ineficácia do sistema de saneamento básico.

Contaminadas pelo esgoto despejado diretamente nas pequenas bacias hidrográficas e na rede de drenagem pluvial, as praias representam a inoperância estatal em Florianópolis, com reflexos negativos na saúde pública. O estrago é maior na orla insular, praticamente irreversível diante das liberalidades do Plano Diretor à construção civil aprovadas recentemente pela maioria governista na Câmara dos Vereadores. De Norte a Sul da Ilha, entre tantos exemplos da degradação ambiental, o mais emblemático é a Lagoa da Conceição, poluída e atravancada dentro e fora d'água.

Trata-se, na realidade, de uma laguna que vem perdendo de maneira acelerada as características naturais de estuário da vida marinha e criadouro de variedade enorme de espécies de valor comercial. O que se vê lá é um ambiente sufocado pela ação antrópica, com interferência direta no sistema hidrodinâmico natural, na influência das marés, nas correntes oceânicas e na rica biodiversidade aquática.

Lugar encantado e de rara beleza, a Lagoa só não deixa de ser cartão-postal que torna a cidade conhecida internacionalmente. O bairro instalado em seu entorno, lendário reduto de bruxas, fadas, poetas e casais enamorados, pouco ainda tem a oferecer, sobrevive da fama conquistada no passado. Das velhas rendeiras, sobraram, basicamente, a avenida que lhes tomou emprestado o nome e algumas poucas



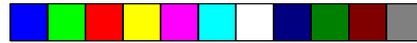
artesãs que teimam em manter o ofício como meio de subsistência e resistência cultural.

Adensada ao limite, a Lagoa está congestionada, com a saúde pública ameaçada, cercada por seis localidades que são bairros dentro do próprio bairro – Freguesia (o Centrinho), Araçás, Costa, Canto, Porto e Retiro. Está a meio caminho das praias badaladas da Costa Leste, o que a deixa suscetível também ao fluxo intenso de veículos automotores.

Joaquina, Mole, Galheta e Barra da Lagoa são praias de mar grosso recortadas por morros e costões, incluídas no roteiro internacional do surfe profissional. Entre os meses de outono e inverno integram o corredor de passagem das baleias francas em seu ciclo anual de acasalamento, gestação e parto, e são, igualmente, caminho das tainhas oriundas dos estuários da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, e da bacia do Rio da Prata, entre Uruguai e Argentina.

A tainha é capturada em pleno período de procriação, devido ao altíssimo valor da ova. Conhecida internacionalmente como botarga, a iguaria é exportada *in natura* ou depois de seca para diversas partes do mundo, negócio que transformou a temporada oficial de pesca, de maio a agosto, em atração turística de inverno no litoral catarinense. A atividade artesanal motiva também a preservação das tradicionais redes de malhas, o arrasto de praia, e das centenárias canoas de um pau só. Bordadas, coloridas, movidas a remos de voga e entalhadas em troncos de cedro, canela e, principalmente, do majestoso garapuvu, estas embarcações são tombadas patrimônio histórico de Santa Catarina.

A Casan (Companhia Catarinense de Água e Saneamento) e a Prefeitura de Florianópolis, exatamente quem deveria manter o funcionamento adequado do sistema, têm culpa direta no recente caos ecológico da Lagoa da Conceição. O maior exemplo deste descaso poucos podem ver: a ETE (Estação de Tratamento de Esgotos), incluindo a barragem do lago de decantação, foi estrategicamente construída entre colinas alvas de areia, na vastidão de dunas que se movimentam conforme o vento, longe dos olhos de curiosos e de acesso restrito aos

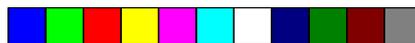


funcionários da estatal.

O equipamento operou durante décadas de maneira obsoleta, com capacidade abaixo da carga de esgoto produzida diariamente nos bairros do entorno. A falta de manutenção regular, preventiva e corretivamente, foi mais de uma vez apontada por moradores e técnicos do Tribunal de Contas do Estado e da Fatma (Fundação Estadual do Meio Ambiente), atual Instituto do Meio Ambiente do Estado (IMA). O sistema foi projetado em 1985 para atender a 900 unidades habitacionais, porém, de acordo com a própria Casan, em 2012 a mesma estação de tratamento já estava sendo utilizada por 2.047 imóveis cadastrados, muito acima da própria capacidade. Naquela ocasião, eram 3.500 famílias, ou seja, 15 mil pessoas residentes na orla.

Não foi casual o colapso de 25 de janeiro de 2021. O estouro da barragem de decantação da ETE das dunas causou um dos maiores desastres ambientais de todos os tempos na cidade, o maior da Lagoa. Afetou drasticamente toda a cadeia produtiva, a biodiversidade local foi seriamente danificada, com reflexos imediatos e a médio e longo prazo na fauna e na flora aquáticas. Prejudicou a própria capacidade turística do lugar e, principalmente, atentou contra a autoestima dos moradores. Não há qualidade de vida na Lagoa, embora o mercado imobiliário se esforce em maquiagem esta realidade para continuar inflacionando os preços dos aluguéis e dos imóveis à venda. O desastre ocorrido naquele verão foi, como se diz por aí, uma “tragédia anunciada”, começou a dar sinais com pelo menos uma década de antecedência.

Em dezembro de 2012, eu e o repórter fotográfico Daniel Queiroz constatamos *in loco* os efeitos do mau funcionamento da ETE, apontados em relatório de técnicos da Diretoria de Atividades Especiais do Tribunal de Contas do Estado. O odor nauseabundo que já incomodava a quem passeava pelas avenidas Osni Ortiga e das Rendeiras, e a coloração esverdeada da água, causada pela proliferação de algas acumuladas no fundo e na superfície, não chegaram a inviabilizar as atividades de lazer náutico, tampouco a pesca artesanal chegou a ser interrompida. Estas condições adversas, contudo, causaram o afas-

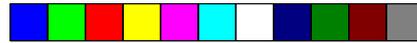


tamento da clientela de bares e restaurantes, informou na época a seccional distrital da Acif (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis).

A existência de rachaduras e infiltrações foi descrita no relatório técnico assinado por Roberto Silveira Fleischmann, então diretor de atividades especiais do TCE. Foi dito na ocasião que a ETE “frequentemente” não tratava toda a carga de esgoto coletada, contaminando a Lagoa e o manancial subterrâneo do aquífero Joaquina, localizado sob as dunas. Este laudo, aliás, apenas ratificou o realizado anteriormente, de 2006, reafirmando uma das consequências do vazamento: aumento dos pontos do lençol freático afetados por acúmulo de fósforo, nitrito, nitrato e coliformes fecais e totais. Tudo foi devidamente documentado durante as análises refeitas em abril de 2012, no intervalo de seis anos entre uma e outra vistoria.

O mesmo diagnóstico foi reiterado na inspeção de junho de 2012, feita por especialistas da extinta Fatma, sem que fossem realizados os reparos técnicos então recomendados. De lá para cá, nada mudou na estrutura de coleta e tratamento de esgoto na região da Lagoa, embora tenham crescido a densidade populacional e, evidentemente, o volume de fezes despejadas diariamente no sistema já reconhecidamente deficiente. Os únicos projetos importantes realizados na orla, diga-se de passagem, foram maquiagens no sistema viário local, em particular nas avenidas Osni Ortiga e das Rendeiras. Obras que a Prefeitura ironicamente chama de “revitalização”, motivos de algumas interpeleções do Ministério Público Estadual e seguidas interrupções nos cronogramas de trabalho. Enquanto isso, as descargas não cessam.

Lideranças comunitárias e empresariais sabem que a contaminação da água e do subsolo da Lagoa está relacionada à ineficiência da Casan. É de conhecimento público, também, que a degradação ambiental de toda aquela região continua sendo agravada pela falta de conscientização e de fiscalização municipal. Há, ainda, diversos pontos sem coleta no entorno da orla, onde residências e comércios descartam dejetos humanos na rede pluvial, assim como também existem imóveis que pagam a tarifa de esgoto, mas não fazem a ligação adequada por



questão de “economia”, para não gastarem em obras enterradas.

E não é só isso. Ainda em 2012, o professor aposentado Carlos Rogério Poli, biólogo com doutorado em oceanografia biológica e pesquisador na UFSC, alertou para outra situação que coloca em risco a saúde da Lagoa e sua biodiversidade, o assoreamento. A causa mais uma vez é atribuída à ocupação desordenada, especificamente nas margens do canal, apontado como maior transportador dos sedimentos acumulados no fundo. Acrescente-se a isso a ação dos ventos e as eventuais erosões das colinas arenosas das dunas.

A ação humana, conforme os estudos do professor Poli, está por trás de mais esta condição degradante. É o preço ambiental pago pela retificação que melhorou as condições de oxigenação e viabilizou o tráfego de embarcações pesqueiras de médio porte e as atividades de lazer náutico. Baseado em dados históricos, ele explicou que, antes da alteração do curso original do canal, a ligação entre a laguna e o Oceano Atlântico era feita por um rio sinuoso que amortecia a força das marés cheias e concentrava o assoreamento apenas nas próprias curvas. Depois da obra, a partir dos anos de 1980, os sedimentos arrastados pelas correntes marítimas passaram a se acumular nas paredes internas dos molhes, espécie de muro de pedras que delimita a área navegável, sendo dali levados ao leito da lagoa. O processo altera toda a hidrodinâmica local, com reflexos também nos ciclos reprodutivos.

Poluição se controla, garantiu Carlos Rogério Poli em 2012. Segundo os estudos dele, se houver redução na carga de nutrientes do esgoto por meio de tratamento adequado, a Lagoa estará novamente saudável em pouco tempo. Alertou, contudo, que “se não forem criadas áreas onde os sedimentos fiquem acumulados no próprio canal, a Lagoa estará condenada à morte lenta”. A dragagem seria uma iniciativa caríssima e ineficaz, já que o material retirado “certamente seria descartado no mar, de onde, se não houver a devida correção no sistema de molhes, na foz do canal da Barra, toda a lama extraída retornaria com o vaivém das correntes marinhas”. Pessoalmente, imagino que a situação atual seja a mesma, talvez até um pouco mais preocu-



pante, já que desde então nenhuma iniciativa concreta foi realizada.

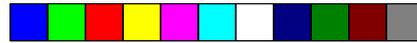
Quem pensa que poluição e assoreamento são o que há de ruim na Lagoa, ainda não viu tudo. O excessivo volume de embarcações e o trânsito frenético de carros nas vias que a contornam são outras duas ameaças à biodiversidade e ao bem-estar das pessoas. Tintas, graxas, óleos e eventuais vazamentos de combustíveis aceleram os efeitos da contaminação por metais pesados. São, igualmente, preocupantes e incompreensíveis a desmobilização comunitária e a omissão política em torno da recuperação daquele ambiente. O descaso público, na realidade, parece servir de estímulo à ação predadora, acentuado pelo conservadorismo mal-intencionado das recentes gestões municipais e dos órgãos estaduais de fiscalização.

Manancial do Peri sob risco

No Sul da Ilha, usuários, ambientalistas e lideranças comunitárias recentemente estavam apreensivos com a coloração avermelhada da Lagoa do Peri. Abastecido por ribeirões que nascem nas encostas mais elevadas do entorno, o manancial que se limita a Leste com o Oceano Atlântico forma a maior reserva natural de água doce e potável da costa catarinense. Paralelamente à captação para consumo humano, também é utilizado como balneário e área de lazer que atrai moradores da região e turistas de várias partes do mundo. Devido às suas características ecológicas, é legalmente protegido por parque municipal, embora ainda não tenha o documento de reconhecimento federal do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação).

São cerca de 5,2 quilômetros quadrados de superfície d'água, com 11 metros de profundidade. De lá, saem cerca de 200 litros por segundo para abastecimento de aproximadamente 50.000 unidades consumidoras, ou cerca de 100 mil pessoas, atendidas pelo sistema da Casan, mais uma quantidade imensurável de ligações alternativas mantidas clandestinamente por moradores e comerciantes do entorno.

Em março de 2015, fui lá com o fotógrafo Bruno Ropelato. Percorremos matas, comunidades vizinhas e navegamos em companhia de técnicos da Floram (Fundação Municipal do Meio Ambiente) e



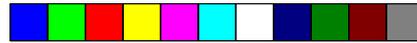
biólogos da UFSC para entender, entre outras questões, as causas da proliferação até então inexplicável de uma espécie de alga comum em ambientes aquáticos poluídos por coliformes fecais, a *Cylindrospermopsis raciborskii*. Referidos estudos científicos ainda são inconclusivos, pelo menos publicamente.

Questionada à época, a Casan descartou qualquer contaminação. Porém, nenhuma localidade do entorno da Lagoa do Peri é atendida por coleta e tratamento de esgoto, muito menos os moradores de suas beiradas e encostas. O que lhes restam são as fossas sépticas, sistema ultrapassado que, naturalmente, causa infiltrações no lençol freático e no subsolo, quando não ocorre o despejo direto em valas e pequenos córregos interligados àquela bacia hidrográfica. A ameaça à Lagoa do Peri, contudo, vem do mar, embora não sejam as ressacas. Segundo o geólogo Rodrigo Sato, o avanço sobre o manancial ocorrerá por baixo, causando a lenta salinização do manancial.

A paisagem muda, mas o cheiro e os impactos ambientais do esgoto sem tratamento são os mesmos em todas as localidades do Sul da Ilha – Rio Tavares, Campeche, Pântano do Sul, Armação, Açores, Costas de Dentro e de Fora, Tapera, Ribeirão ou Caieira da Barra do Sul. Os únicos investimentos em saneamento básico realizados na região de Florianópolis que mais cresce em termos imobiliários e populacionais são 40 quilômetros de rede coletora que permanecem enterrados inutilmente.

Ninguém vê, mas a tubulação está lá. Encoberta por asfalto e lajotas das principais ruas e avenidas localizadas entre o Campeche e o Ribeirão da Ilha, levam nada a lugar algum ou, segundo comenta-se lá por aqueles arrabaldes, é utilizada para receber ligações clandestinas de esgoto. Afluentes que, ironicamente, são devolvidos sem o devido tratamento ao ambiente pelo próprio sistema inacabado da Casan.

Lá, permanece embargada a construção da ETE da Fazenda do Rio Tavares, obra iniciada em 2006 e jamais concluída. O projeto da Casan previa tratamento terciário, ou seja, devolução dos efluentes com eliminação de 99% das impurezas, mas não foi adiante devido ao despejo dos efluentes no rio Tavares. O desague seria na baía



Sul, junto ao baixio da reserva extrativista de Tipitingas, maior berçário de berbigão do entorno da Ilha.

A obra foi questionada por moradores, pescadores, maricultores e extrativistas, sendo embargada pela Justiça Federal com base em relatório científico elaborado por técnicos do ICMBio (Instituto Chico Mendes da Biodiversidade). Foram apontados riscos de impactos ambientais junto ao estuário, extensa área entre o banco de areia dos berbigões, as fazendas de cultivo de ostras e mariscos e o ponto de confluência das correntes marinhas do entorno da Ilha, com prováveis alterações na hidrodinâmica das marés. Mesmo que o tratamento terciário garanta eliminação de praticamente todos os poluentes químicos e orgânicos do esgoto, outra consequência seria a des-salinização do fluxo natural do rio Tavares, com reflexos no ciclo reprodutivo de fauna e flora do manguezal.

A carga diária de efluentes afetaria de maneira irreversível o bioma, comprometendo pesca, maricultura e extrativismo. Diante do impasse, a alternativa apresentada pela Casan tem sido a construção de emissário submarino para despejo dos efluentes em alto-mar, ao largo do canal de navegação de grande calado. No entanto, também foi rejeitada pela comunidade mesmo sem a realização de debates embasados tecnicamente sobre a eficiência e os eventuais impactos do sistema.

A indefinição sobre qual projeto deve ser implantado tem custado caro. Impacta diretamente na qualidade ambiental, na saúde pública e no desenvolvimento social e econômico da região. Em termos monetários, em 2015 a Casan foi obrigada a devolver R\$ 105 milhões, dinheiro para saneamento disponibilizado quatro anos antes pela JICA, a Agência Japonesa de Cooperação Internacional. O resultado, alguns verões depois, é o adoecimento gradativo do rio do Noca, o famoso Riozinho, que aos poucos vem se transformando em outro fedorento depósito de coliformes fecais.

Rios desaparecem em meio ao esgoto

Como já sabemos, poluição e assoreamento são recorrentes em

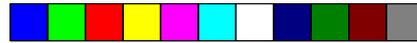


todos os rios e riachos, resultado da falta de saneamento básico e dos desmatamentos da mata ciliar e adjacentes. É assim também na segunda maior bacia hidrográfica da Ilha, a do rio Ratoões, tão contaminado quanto seus principais afluentes – Brás, Papaquara, Palha e Veríssimo. Vem deles o esgoto despejado nas praias e que no verão acaba com a balneabilidade em praticamente toda a orla Norte da cidade.

Canasvieiras merece atenção especial. A outrora pacata vila de pescadores ganhou outro perfil a partir dos anos de 1960, ao ser descoberta pelos primeiros empresários de Florianópolis a investir em hoteleira e empreendimentos de alto padrão para atrair turistas dos maiores centros urbanos do Brasil e estrangeiros. Em especial, aos argentinos. Luz elétrica e água encanada ainda eram as novidades no Norte da Ilha, privilégio de poucos, enquanto o asfalto começava a chegar. Embora ainda nem se falasse em tratamento de esgoto, qualidade de vida ou estrutura urbana adequada, o novo balneário passou a ser vendido como modelo de turismo internacional em Florianópolis.

Áreas de restingas foram arrasadas, a mata nativa foi derrubada para dar lugar a casas de veraneio, das mais simples a mansões suntuosas. A rede hoteleira se multiplicou, surgiram bares, restaurantes, prestadores de serviço em geral, tudo para garantir a comodidade e agradar aos visitantes. Sem sistema de saneamento básico, riachos viraram depósitos a céu aberto de lixo e esgoto, a poluição se proliferou e não demorou para chegar à praia. Dali, até a UPA (Unidade de Pronto Atendimento), sobrecarregando a rede pública de saúde com casos de viroses (diarreia e vômito) e doenças de pele em adultos e crianças.

Canasvieiras, a “Canasbeach” dos anos de 1980, infelizmente hoje não passa de mais um equívoco urbano em Florianópolis, ocupada sem planejamento e infraestrutura pública adequada, poluída, malcheirosa em diversos pontos da orla, no balneário e na comunidade tradicional. No verão, a praia é refém da bipolaridade do rio do Brás que, quando contrariado e incitado pelas ressacas de lestadas e marés de lua, rompe a barreira de areia que o mantém inerte e isolado. Nestas ocasiões, arrastado pela força da tempestade, despeja no mar toda a



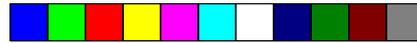
sujeira acumulada no restante do ano, como que numa última súplica de vida ou vã tentativa de dizer “ainda estou aqui”.

Só assim, a mídia reaparece, as pautas se repetem nos jornais e televisões, a falta de balneabilidade afasta os veranistas, o empresário sente no bolso. Casan e Prefeitura se obrigam a correr para contornar o caos, as mesmas medidas paliativas são retomadas ano após ano, a classe política tira proveito da crise e faz promessas, movimentos sociais e comunitários ressurgem com seus discursos prosaicos. Porém, tudo se perde na superficialidade, na falta de comprometimento público.

Pessoalmente, tenho uma relação afetiva como rio do Brás, lugar outrora bucólico, o rio da minha infância. Límpido e piscoso, foi ele quem me abriu caminho ao mar, e lamento que tenha deixado de ser ele mesmo, já não existe mais, transformado em sumidouro, depósito fétido de fezes e lama contaminada. Hoje, como se estivesse envergonhado de si mesmo, mantém-se a maior parte do tempo escondido, encoberto pelo tapete verde de plantas macrófitas, espécie de alga que se prolifera em ambientes aquáticos com excesso de matéria orgânica acumulada pelo despejo sistemático de esgoto sem tratamento.

Aterrado na foz, é um rio sem o contato original com o mar, motivo natural de sua existência. Transformado em grande fossa coletiva, agoniza, sufocado pelo esgoto nele despejado nos últimos 40 anos, dejetos produzidos em residências, hotéis, pousadas, bares e restaurantes. Parte de Canasvieiras, Jurerê e Cachoeira do Bom Jesus, mais as localidades periféricas das Vargens Grande, Pequena e do Bom Jesus, estas a menos de cinco quilômetros das praias, não têm rede coletora. Quem está ligado ao sistema da Casan paga a conta por um serviço malfeito, simplesmente porque a ETE da Casan não atende à demanda e despeja no rio os efluentes sem o devido tratamento.

Ingleses é mais um exemplo da ocupação crescente e sem planejamento no Norte da Ilha. Todo o esgoto da praia, mais parte do Santinho e das localidades de Capivari de Baixo e de Cima é despejado no rio Capivari, que em pouco tempo poderá ter o mesmo desfecho reservado ao Brás. A situação é a mesma no Sul da Ilha, onde os rios



Tavares, Sangradouro, Matadeiro, Quincas e das Pacas não atingiram a fama do Riozinho do Campeche, nem a importância histórica do Ribeirão, na outra vertente do morro, mas têm em comum uma característica inconfundível: o mesmo odor fétido e nauseabundo.

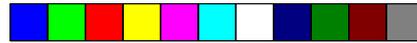
A imprensa se omite, é cúmplice do descaso da Prefeitura e da Casan com a qualidade ambiental da cidade. A estatal do saneamento, aliás, há pelo menos duas décadas manipula informações e improvisa, não investe na ampliação e em melhorias no serviço pago pela sociedade para atender ao crescimento da demanda populacional, mantém redes coletoras e estações de tratamento saturadas, colapsadas e inadequadas à realidade atual.

Nos últimos cinco anos, quase nada foi feito para devolver a balneabilidade às praias de Canasvieiras e vizinhanças. Paralelamente à barreira de areia erguida pela Prefeitura, afastando do mar a água podre concentrada na foz do rio do Brás, houve algumas tentativas da Casan de mascarar a poluição e suas origens. Entre elas, a instalação da URA (Unidade de Recuperação Ambiental), que, inservível, virou entulho.

Invadido pelas macrófitas que se proliferam do dia para a noite em meio ao esgoto, o equipamento está permanentemente desligado. Na Casan, assunto é tabu, ninguém sabe há quantos anos a água poluída proveniente das ligações clandestinas, da rede pluvial e dos vazamentos da ETE deixou de ser bombeada para a estação compacta instalada no Sapiens Parque. Hoje, é devolvida sem tratamento ao rio Papaquara, irmão do Brás.

Ambos integram a segunda maior bacia hidrográfica da Ilha, a do Ratonos, rio que atravessa a Estação Ecológica de Carijós, unidade federal de conservação ambiental com gestão do ICMBio (Instituto Chico Mendes da Biodiversidade). “Solução ambiental” anunciada com todas as pompas e que, certamente, barato não custou. Não pelos equipamentos e tecnologia empregados, nem por qualquer grande obra realizada, mas, pelos gastos em propaganda paga em jornais e emissoras locais de rádio e televisão.

Maquiado de macrodrenagem, o trabalho consistiu na abertura de canal e desvio da água contaminada para o rio Papaquara, reduzindo,



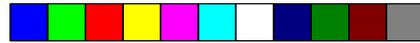
assim, a vazão de esgoto no Brás e, conseqüentemente, os riscos de poluição e perda de balneabilidade na praia de Canasvieiras. Com a mudança de rumo, os dejetos fazem o trajeto da Estação de Carijós, atravessam o manguezal e são despejados junto à barra do rio Veríssimo, no estuário da baía Norte de Florianópolis. Não se sabe ao certo os impactos na biodiversidade daquele ecossistema, tampouco nas atividades pesqueiras e na maricultura, mas parece evidente que a longo prazo respingará no turismo gastronômico das costas Norte e Oeste da Ilha.

Encostas sem proteção

Nas encostas, onde estão protegidas algumas das nascentes de córregos, rios e lagoas, e nas planícies de transição, quase todas já habitadas ou ocupadas pelas florestas invasoras de *Pinus elliottii*, o desmatamento é histórico. A floração amarelada do Garapuvu, que encanta e atrai o mestre fazedor de canoas, é também indicador da resiliente e secular regeneração da floresta ombrófila densa, a mata atlântica, e toda a sua diversidade. Símbolo de Florianópolis, a árvore majestosa insere-se no que os especialistas chamam de estágio secundário, cresce preferencialmente em áreas devastadas historicamente no processo colonial para exploração madeireira, roçadas e pastagens.

Perobas, canelas, cedros, indivíduos centenários, ainda se misturam a palmeiras juçaras de todos os tamanhos entre tantas outras espécies de valor comercial. Resistem imponentes no topo da floresta. Madeira de lei nativa, nem sempre foram protegidas, eram cortadas e exportadas para atender a demanda da indústria moveleira ou, simplesmente, transformadas em tábuas para a construção de casas e barracões. Resquícios do ciclo da madeira na Ilha, ruínas de alicerces e colunas de antigas madeireiras, ainda existem na encosta do morro do Peri, imperceptíveis a quem caminha pelas trilhas centenárias.

Eram estruturas erguidas nas imediações de cascatas e ribeirões que descem serpenteando a encosta para abastecer a lagoa. A força d'água lhes permitia o funcionamento das rodas que movimentavam as



engrenagens da serraria. Na encosta mais elevada, depois de três horas de caminhada a partir da prainha do Ribeirão Pequeno, na margem Oeste da lagoa, uma peroba e uma canela gigantescos, lado a lado, formam uma espécie de portal que conduz a uma floresta magnífica, secular. Derradeiros remanescentes da mata primária da Ilha, são árvores enormes com pelo menos 600 anos. Tesouro que, extasiado, compartilhei com o fotógrafo Daniel Queiroz e nos rendeu o Prêmio Fatma de Jornalismo de 2014.

As encostas escondem caminhos centenários pouco conhecidos, abertos quase todos pela mão de obra escrava que construiu a cidade e arrabaldes. Percorridos atualmente apenas por moradores tradicionais que mantêm o costume antigo da caça silvestre ou coleta de orquídeas, atividades reconhecidamente ilegais, facilitam também a ação dos cortadores de palmito, ou palmiteiros, cooptados e recrutados em comunidades vizinhas ou trazidos da região do Alto Vale do Itajaí, onde o caule da palmeira juçara é industrializado e envasado clandestinamente, sem o selo de inspeção sanitária. Fiscalização da Floram, Guarda Municipal de Florianópolis e Polícia Militar Ambiental têm conhecimento, porém, não há ação preventiva articulada, com apreensões raríssimas e esporádicas.

A preservação da juçara é um dos bons exemplos na comunidade do Santo Daime, mantida pela Associação Ambientalista Comunitária Espiritualista Patriarca São José, fundada em 1996, na encosta do Morro dos Macacos, na Vargem Grande, Norte da Ilha. Trata-se de uma ecovila que reúne moradores com bom nível de consciência ecológica e organização social. Plano diretor próprio, espécie de código de posturas, foi aprovado em assembleia geral e garante a preservação da área coletiva e proteção de fauna e flora silvestres. As luzes externas, por exemplo, têm horários pré-estabelecidos para serem acesas e apagadas. Também não é permitida a criação de animais de estimação como cachorros e gatos, ameaças naturais a mamíferos e aves que integram a biodiversidade local. Em 2014, foram plantadas 10 mil mudas, não para extração de palmito, mas para preservação da flora nativa e produção de açaí. O coquinho roxo, farto na mata atlân-



tica preservada, produz polpa vitaminada e saborosa, tão nutritiva quanto o fruto similar extraído do açazeiro e consumido pelas populações da floresta amazônica.

O padrão florestal praticamente se repete de Norte a Sul da Ilha. Restingas predominam nos espriados de dunas e combros, mangues são comuns nas beiradas e nos ambientes estuarinos de rios e lagoas. A capoeira está nas áreas desmatadas, na transição de planícies e encostas, estas protegidas por árvores nativas de médio porte, características do segundo estágio da mata atlântica. É lá que se destaca o garapuvu com copa arredondada e floração extraordinariamente amarela, antessala dos bosques seculares de perobas, cedros, canelas, figueiras, no topo, onde o *pinus* vai demorar um pouco mais para se alastrar.

São muitos os aprendizados que nos proporcionam a natureza. Nos últimos anos em que atuei como repórter de jornal, entre 2010 e 2017, a profissão me permitiu percorrer a Ilha de ponta a ponta. Foi possível conhecer elementos importantes de cada um dos biomas e da vasta biodiversidade da Ilha. Sempre dando voz a personagens locais.

A curiosidade e o desafio diário em busca da manchete ou da foto de capa muitas vezes nos levam a pautas insólitas. Numa dessas ocasiões, eu e o repórter fotográfico Marco Santiago caminhamos durante seis horas, desfrutamos de belíssima paisagem, mas passamos por momentos de tensão. Saímos da foz do rio Sangradouro, na Armação, atravessamos o Matadeiro, chegamos no canto Sul da praia e subimos a trilha, costeando o penhasco. De um lado, o mar azul, imenso caminho aberto a quem é de navegar; do outro, a exuberância verde da mata atlântica cobiçada por quem é de empreender.

Pouco mais de três horas depois, com pouca água, descemos no costão Norte da Lagoinha do Leste. Reabastecidas as garrafas, seguimos em direção ao canto oposto da praia, apressados para fugir da tempestade que se anunciava assustadora, e nos pegou em cheio no início da travessia para o Pântano do Sul. A água descia em cascata pela trilha, dificultando a subida, os relâmpagos iluminavam o céu escuro e os trovões não abafaram os improperios do fotógrafo pela “rou-



bada em que havia se metido”. O resultado do trabalho, publicado no fim de semana seguinte, felizmente compensou os contratempos.

Três semanas depois, o mesmo Marco Santiago estava pronto novamente para outra “pauta daquelas”. Dessa vez, a missão era subir ao topo do Morro da Pedra Branca, monumento colossal que delimita os municípios de São José e Palhoça e que pode ser visto de todas as direções na região da Grande Florianópolis. Foram quatro horas de caminhada para a constatação inicial de que a pedra na verdade é marrom. Trata-se de gigantesco bloco de rocha sedimentar com 490 metros de altitude, cujo topo foi historicamente utilizado como pastagem para rebanhos bovinos. Há lendas de tesouros escondidos por antigos moradores das cercanias durante a Revolução Federalista de 1930.

Há dois acessos, um a partir do Sertão do Imaruí, em São José, e outro da Ponte do Maruim, em Palhoça, ambos utilizados por ciclistas no estilo *downhill*. Sem manutenção, costumam ser danificados pelas voçorocas, grandes valas abertas pelas enxurradas. Lá de cima, a vista é exuberante, embora tudo pareça proporcionalmente muito menor em relação ao tamanho original. É possível enxergar praticamente todo o litoral da Grande Florianópolis, a Leste, enquanto a sucessão verde de vales e montanhas domina o restante da paisagem ao redor. Fizemos a descida de volta em silêncio, exaustos e extasiados.

Em outra ocasião, foi o fotógrafo Daniel Queiroz quem aceitou o desafio de subir ao ponto mais alto da Ilha, o Morro do Ribeirão, no extremo Sul. Com ajuda de um guia local, jovem morador da Freguesia, iniciamos a subida em uma trilha secular existente nos fundos da igreja matriz de Nossa Senhora da Lapa, na maior parte do trajeto fechada pelo mato alto e sem vestígios de uso recente.

Foram muitas as correções de rumo até a chegada à crista da montanha, três horas de caminhada depois. Lá em cima, um marco de concreto com brasão do Exército Brasileiro confirma a altitude: 532 metros acima do nível do mar. Com o mesmo padrão florestal encontrado nas demais encostas da Ilha, o que mais chamou a atenção foi a camada de quase 30 centímetros de folhiço, espessa cobertura de pa-



lhas sobre o solo. O material orgânico acumulado explica a grandiosidade de árvores, arbustos, samambaias e orquídeas lá encontradas, biodiversidade igualmente atraente à fauna nativa.

No começo da descida, mais ou menos no meio da tarde, um camaleão adulto atraiu o olhar de Queiroz, que, deslumbrado, perdeu a hora diante da capacidade de mimetismo do réptil fotogênico. Já era quase noite quando o grupo finalmente percebeu que lá em cima a cobertura da copa das árvores antecipa e intensifica a escuridão. Não sabíamos aonde ir para reencontrar a trilha de volta à Freguesia. Sem sinal de celular e comida, perdidos e incomunicáveis, estávamos andando em círculos no topo escuro da Ilha. A solução seria acharmos um abrigo, talvez uma toca de pedra, para tentar acender uma fogueira e pernoitar até a manhã seguinte.

Antes, o barulho de água nos indicou a direção da cachoeira, e decidimos segui-la morro abaixo. Daniel Queiroz passou, então, a acionar o *flash* da máquina fotográfica, iluminando de dez a 20 metros à nossa frente, o suficiente para todos memorizarem o caminho e descermos apoiados nos paredões de pedras ou dependurados em cipós e raízes da mata ciliar. Duas horas depois, as primeiras cercas de arame farpado com gado confinado, o latido de cães, a iluminação pública e algumas casas, ainda distantes, aliviaram a tensão do grupo. Chegamos na rodovia Baldicero Filomeno por volta das 22 horas, no Alto Ribeirão, a três quilômetros do início da trilha pela qual subimos.

Carcarás da Praça 15

Muitas foram as boas surpresas encontradas pelo caminho. Em agosto de 2012, o inusitado estava em plena Praça 15 de Novembro, área pública mais pulsante do Centro de Florianópolis. E meio ao vácuo frenético e quase sempre desatento das pessoas e ao barulho dos carros, era lá a morada de uma família de gaviões carcará, aves que até então faziam parte das lendas urbanas e ocupavam apenas o imaginário popular. As pessoas com rotinas de trabalho no entorno da praça ou que, simplesmente, a aproveitavam para ócio, até já tinham ouvido falar. Porém, até então jamais alguém tinha visto as aves. En-

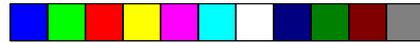


graxates, taxistas, jogadores de dominó, enfim, todos que costumavam frequentar o local diariamente, pareciam se divertir diante da improbabilidade.

Antes de desistir, intuitivamente fiz a última tentativa. Tirei da mochila três bananas maduras que levava para o lanche da tarde, e as joguei espalhadas no piso de *petit pavé* da praça. Imediatamente, as frutas foram atacadas por sabiás, sanhaços e bem-te-vis que dobravam nas galhadas mais baixas, causando alvoroço entre elas na disputa pelo alimento inesperado. Foi a deixa para, do alto da palmeira imperial mais alta da praça, o gavião macho sair da sonolência vespertina, abrir majestosamente as asas e dar os grunhidos característicos que antecipam o acasalamento.

Os gestos foram repetidos, incontinenti, pela fêmea que o acompanhava. O macho, então, deu um voo curtinho, subiu no dorso dela e completaram a cópula ali mesmo, diante da lente do Daniel Queiroz e do frenesi dos curiosos, que, pelo menos naqueles instantes, olharam atentamente para cima. Alguns meses mais tarde, ao passar pela Praça 15 fui reconhecido por alguém que estava por ali no dia da apuração da reportagem.

“Os gaviões deram cria. Um dos filhotes fez ninho no alto de um prédio da rua Saldanha Marinho”, me disse o homem. Hoje, entendo cada uma das lições aprendidas enquanto atuei como repórter de jornal. Uma delas é que nem sempre é possível vermos tudo, ainda mais quando mantemos o olhar para baixo, para si mesmo, ou atrelado à imprensa conivente a serviço de interesses predatórios. A natureza se regenera, renasce para perpetuar as espécies. Estará sempre ao nosso alcance, basta levantarmos os olhos para enxergá-la, compreendê-la e, acima de tudo, respeitá-la.

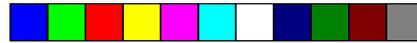


A LUTA AMBIENTAL NÃO É JARDINAGEM

ELAINE TAVARES

Quando cheguei a Florianópolis em 1987 eu vinha de uma universidade ambiental: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Durante um ano inteiro, como repórter da TV Umbu, em Passo Fundo, acompanhei diariamente a batalha de 1.500 famílias acampadas na Fazenda Anonni, na Estrada do Pontal, em luta por um pedaço de terra para plantar. Naqueles dias de grande mobilização da retomada da luta pela terra no país, pude vivenciar as assembleias cotidianas dos acampados e fazer parte das intermináveis discussões sobre o uso da terra, caso fossem vitoriosos. Os agricultores sem-terra sabiam que nem todas as famílias que ali estavam poderiam ficar naquele espaço quando a vitória viesse, mas já sabiam muito bem como iriam ocupar a imensa fazenda improdutiva.

Eram pessoas simples, com uma vida inteira dedicada ao campo, vindas de famílias também agricultoras. Tinham um saber fazer que era parte do seu DNA. Assim que nos encontros de organização eles colocavam sobre a mesa o mapa da fazenda, mostrando onde ficariam as casas, onde seria a área de plantio, de criação de gado e os espaços de preservação. Também já tinham mapeado as culturas que seriam rotativas, para não esgotar o solo. Sabiam como proteger a beira dos rios, dos açudes, os olhos d'água. Tinham absoluta clareza de que há que deixar descansar a terra para que ela volte com força total, bem como sabiam como preservar os espaços nativos, os animais silvestres, a flora original. E igualmente sabiam que manter um espaço coletivo, de partilha generosa, era um desafio dentro da sociedade de classe e que o preço a pagar era estar ali, acampado, em luta. E eles o cumpriam sem medo. Não queriam apenas terra, queriam mudar o



sistema. Aquelas reuniões nos barracos de lona, regadas a chimarrão, pelas madrugadas afora, foram uma universidade.

Assim, quando em 1987 eu saí de Passo Fundo para Florianópolis, vindo realizar o sonho de fazer a faculdade de jornalismo, eu já estava formada. Por isso, enquanto atravessava a ponte num daqueles ônibus velhos da Reunidas, os meus olhos de repórter já faziam a varredura dos problemas que iria encontrar na relação com a cidade e que poderiam render boas pautas. Já na entrada, antes da ponte, dava para ver alguns vazios urbanos e também alguns barracos que se erguiam aqui e ali, desorganizadamente. Provavelmente gente buscando um canto para morar. Do outro lado, a natureza no seu esplendor. A ilha do final dos anos 1980 era uma maravilha.

E foi justamente a minha ligação com o MST que me fez buscar na cidade aqueles que lutavam por terra. Fui parar na comunidade do Mont Serrat, na casa do Padre Wilson Groh, que, naqueles dias, procurava organizar as famílias que vinham em levadas desde o interior do estado, principalmente do Oeste. O Centro de Apoio e Promoção dos Migrantes (Caprom) era o espaço onde ele, o padre, com a Irmã Ivone Perassa e outros companheiros, promoviam o acolhimento dos que chegavam à capital bem como garantiam um intenso e generoso processo de organização popular para a ocupação de terras urbanas ociosas, que iriam se converter em moradias para os migrantes. Ainda estudante de jornalismo, passei a fazer parte de um coletivo de jornalistas e outros estudantes que produziam o *Jornal das Comunidades*, acompanhando a luta das famílias.

No Caprom, discutir a organização dos migrantes bem como a ocupação do solo era fundamentalmente discutir o ambiente. Quem afinal tem direito à cidade? Quem pode usufruir das belezas? Quem pode morar na beira da praia? Como urbanizar as comunidades já instaladas nos morros do maciço da Cruz? Como ocupar os espaços de vazio urbano respeitando o ambiente? Aquilo tudo era pauta ambiental, ainda que nunca tenhamos dado esse nome, já que jornalismo é jornalismo e ponto. E por muito tempo conseguimos trazer esse debate para a cidade no jornal que era distribuído nas comunidades e no



terminal de ônibus.

Além do jornal, também conseguimos produzir alguns vídeos, mesmo com pouca condição, já que nos anos 1980 fazer vídeo implicava ter uma grande estrutura. Ainda assim, conseguimos finalizar dois vídeos sobre a luta dos sem-casa e, com eles, percorríamos as comunidades e as associações de moradores, mostrando que era possível lutar pela terra, vencer e ocupar o espaço, sempre garantindo respeito ao ambiente.

A batalha das ocupações urbanas entrou pelos anos 1990 adentro com muitas das comunidades que hoje estão consolidadas na cidade sendo criadas a partir daquelas lutas. Mas, apesar de os apoiadores do Caprom, que eram arquitetos e engenheiros, terem desenhado comunidades que seriam melhor estruturadas, com espaços verdes e de lazer, a prefeitura acabou impondo sua lógica, não permitindo muito conforto ambiental nas comunidades. Basta ver como ficaram a Chico Mendes, a Vila Aparecida, Nova Esperança etc... Não há planejamento, não há urbanização, não há espaços de lazer, a não ser os que foram bancados na marra pelas comunidades.

A luta por moradia seguiu sendo pauta por muitos anos e também teve destaque no mandato dos deputados petistas dos anos 1990 como Wilson Santin, Milton Mendes, Idelvino Furlanetto e Afonso Spaniol. Através do *Jornal Acontecendo*, produzido pelos jornalistas que atuavam na bancada, se debatiam os grandes temas da cidade e do estado, afinal, o problema da moradia estava visceralmente relacionado com a migração, do interior para a capital, de gente que não tinha condições mais de viver no campo como trabalhador rural. Santa Catarina via se aprofundar a dependência das famílias rurais diante das grandes empresas frigoríficas, bem como a chegada triunfal do pinus, que começava a invadir o centro e o oeste do estado. Isso acarretava cada vez mais o êxodo dos agricultores para a cidade.

O Sul da ilha

Enquanto todo esse processo de luta pela terra vinha acontecendo na região continental de Florianópolis, no Sul da ilha a comunidade do

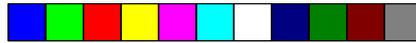


bairro do Campeche iniciava um movimento pela construção de um plano diretor que iria atravessar os anos 1990, chegando ao final da década com uma força extraordinária, a ponto de dar a direção para esse debate na cidade. Assim, na ousada tentativa de desenhar a vida do bairro, a comunidade apontava caminhos de bem viver para Florianópolis inteira, pois foi a partir dali que outros bairros começaram a se organizar e reivindicar um Plano Diretor Participativo que englobasse toda a capital. Importante registrar que o objetivo geral do movimento no Campeche era justamente defender o meio ambiente, proteger as dunas, a restinga, impedir a especulação imobiliária e criar espaços comunitários de lazer e de vida. Como eu tinha vínculos com o bairro, esse foi um movimento que acompanhei em duas frentes: como moradora militante e como jornalista.

Até 1970 o Campeche era um bairro praticamente rural, com seu mar grosso, espaço quase exclusivo dos surfistas, com uma população nativa tradicional que tinha o mar como espaço de trabalho. O caminho que ligava o bairro à SC-405 – hoje Avenida Pequeno Príncipe – ainda era de areia e o esquema de transporte público bem precário, então, não havia muitos atrativos para os empresários do cimento. As praias de mar mais tranquilo do Norte eram as preferidas e foi por lá que começou a especulação. No Sul, tudo era paz.

No final da década de 1970 começou certa ocupação desordenada nas dunas, até então bastante preservadas. Quem deu o primeiro combate a essa ocupação foram justamente os surfistas que, através de sua associação, começaram a organizar uma luta sistemática pela preservação do lugar. E quando no início dos anos 1980 a parte do Morro das Pedras também começou a ser ocupada, tanto nas dunas como na restinga, a comunidade entendeu que ou se agregava a essa organização, ou seria engolida por uma onda de especulação que iria colocar em risco o ambiente de toda a região da planície, com ocupação de lugares até então bem protegidos, como as dunas e a restinga, espaços fundamentais para a garantia da preservação da praia e do ambiente inteiro.

Até aqueles dias o mar era visto como espaço de trabalho, lugar



onde as famílias iam buscar a comida do dia-a-dia, quintal de descanso e fruição. Tanto era assim que as casas ficavam de costas para o mar, ele ficava ao fundo, extensão da morada, onde descansavam os ranchos de canoa, os apetrechos da pesca. Ninguém via a natureza como coisa à venda. O mar era parte da casa.

Mas, aos poucos, a paisagem começou a ser disputada pelo “empreendedorismo imobiliário”. Como era possível que as famílias vivessem de costas para tanta beleza? Era o que diziam... Mas isso nunca foi verdade. Ter o mar no fundo de casa não era virar-lhe as costas. Pelo contrário. Era proteção. Aquela maravilha não se lhes aparecia como paisagem especulada. Era mesa farta, morada das sereias, dos peixes, do mistério.

Foram os abutres do capital que mudaram a lógica. Chegaram com suas pastas pretas oferecendo uma vida melhor. “Por que não trocar a difícil vida na beira da praia por um bom apartamento no Roçado, em Serraria, em São José? Já não é hora de deixar de andar com os pés sujos de areia e viver num lugar onde o chão é um carpete felpudo?” E tantas famílias caíram nesse conto de sereia, abandonando a beira da praia em busca de um eldorado moderno. Foram viver a promessa capitalista do apartamento seguro de 50 metros quadrados enquanto as empreiteiras iniciavam a construção de monstros verticais ou condomínios de luxo nas praias. O mar deixava de ser mesa para tornar-se paisagem à venda. Aconteceu em toda a ilha e não só no Sul. O Norte foi o primeiro espaço a ser engolido.

Quando os anos 1980 chegaram ao fim, havia uma explosão migratória, tanto de trabalhadores sem-terra, sem-casa, sem-nada que chegavam e erguiam barracos na beira das estradas ou em terras públicas, como de gente de classe média e alta que queria sair da vida corrida de São Paulo ou Porto Alegre e que acabou puxando outra explosão: a da construção civil, que passou a erguer prédios e mais prédios de luxo, sem levar em consideração que esta era uma ilha que valia justamente por sua paisagem. E o que era beleza foi virando cimento.

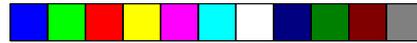
No Sul da ilha o tal do “progresso” também começou a chegar. A Avenida Pequeno Príncipe, que atravessa o bairro em uma reta de três



quilômetros, da SC-405 até o mar, foi calçada e o perfil da comunidade passou a dar sinais de mudança. Já não era mais uma aventura chegar ao Campeche e o calçamento aguçava a renda da terra. Quando os caminhos se abrem chegam os caminhões, o cimento e a cobiça. Não bastasse isso, a prefeitura de Florianópolis aprovou um Plano Diretor para os Balneários que transformava as áreas de praia em espaços urbanos, prontas para a especulação imobiliária. A terra passou a se denominar terreno e o modo de vida no bairro deu uma guinada. A renda da terra, como bem expressa Marx em “O Capital”, se fazia concreta no Campeche. As grandes extensões de terra começaram a ser cobiçadas e as famílias nativas que até então usavam suas propriedades para o plantio de várias culturas de subsistência, criação de animais e para o engenho de farinha, foram sendo encantadas com a ideia de que podiam ter vida melhor longe do mar. As propostas de compra das terras foram surgindo aqui e ali e o bairro se ampliou.

Até então a terra não era vista como mercadoria. Tanto que muitos moradores nativos faziam as famosas trocas, intercambiando parcelas de terra por outros bens, como carros por exemplo. Mas, com as mudanças na lei, os balneários começaram a receber infraestrutura e os terrenos passaram a ter capital incorporado, ficando mais rentáveis. Já os compradores tampouco compravam a terra em si, mas, como mostra Marx, sonhavam mesmo em abocanhar a renda fundiária que a terra poderia produzir, visto que ali poderiam construir hotéis, restaurantes, pousadas, condomínios etc... O turismo começaria a ser visto como uma possibilidade de garantir renda à população local. Esse processo tanto atiçou a cobiça de alguns moradores quanto também alertou outros, que compreenderam os efeitos de uma mudança dessa natureza. Foi então, que, articulados com as primeiras lutas dos surfistas, um grupo de moradores iniciou o processo de discussão sobre o futuro do bairro que iria desembocar na construção de um Plano Diretor específico para o Campeche.

Quando, no ano de 1989, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) apresentou o esboço de um Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares (conhecido por Plano de Desenvolvi-

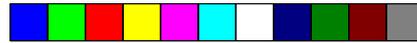


mento do Campeche – PDC), o movimento de moradores se ampliou. Esse plano mudava radicalmente o perfil da comunidade. Apontava para a construção de largas rodovias, parque tecnológico e outros empreendimentos imobiliários e comerciais, ocupando a imensa planície do Campeche. Um espaço de rico lençol freático e com ecossistemas muito frágeis que seriam afetados pelo projeto megalômano. Na cabeça dos empresários do cimento, a ideia era colocar 450 mil pessoas no Sul da ilha. Planejavam as construções, mas não planejavam sobre como iriam garantir a estrutura de água, luz, saneamento e mobilidade. E já preparavam os bolsos para encherem de dinheiro quando tiveram de se deparar com uma comunidade organizada. Assim, puxadas pela Associação dos Moradores do Campeche (Amocam) e pelo Movimento Campeche Qualidade de Vida, começaram as primeiras reuniões que logo já aglomeravam centenas de pessoas dispostas a defender o bairro dos projetos predadores.

As pessoas que participavam das reuniões se organizavam para defender a rica diversidade do Campeche. Mas não era só estes os que participavam. Vinham também os representantes do projeto imobiliário Novo Campeche, da Pedrita e outros interessados em valorizar seus terrenos. Esses aí queriam as propostas da prefeitura, queriam a Avenida Beira-mar e a possibilidade de construir prédios de 18 andares. Então as reuniões eram campos de luta e cheias de conflito. Mas, no geral, o pessoal que queria preservar o Campeche vencia. Havia muita gente com conhecimento técnico, nada ficava sem resposta.

Foi assim que em 1990, como resultado dessas reuniões comunitárias, os moradores lançaram a “1ª Carta dos Moradores do Campeche sobre os Projetos de Urbanização da Área”, rejeitando o plano da prefeitura e apresentando uma proposta diferenciada de desenvolvimento, a qual mantinha a ideia de garantir que o bairro seguisse sendo um bairro/jardim e não um balneário especulado. Ou seja, um lugar para viver e morar e não apenas para passar as férias. Não se rejeitava o turismo, mas a lógica proposta era a de um turismo comunitário.

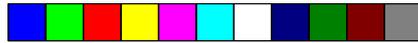
Como o debate sobre o Campeche continuou no IPUF, a comuni-



dade também seguiu se reunindo, discutindo e estudando. Havia reuniões de debates, de construção de propostas e havia também encontros técnicos, nos quais os moradores, com especialistas no campo do urbanismo, desenhavam as propostas. Algumas dessas reuniões chegaram a juntar mais de 500 pessoas. Em vários destes encontros a turma da prefeitura saiu corrida quando vinha com seus pacotes prontos.

A vida fervia no Campeche e o desejo de garantir a preservação do bairro sem as garras do turismo especulativo mobilizava os moradores. Aqueles anos e aquelas lutas forjaram um dos momentos mais ricos de vida comunitária. A gestão da Frente Popular, com Sergio Grando e Afrânio Boppré (1993-1996), também propiciou fortemente o processo de organização popular e as reuniões do Orçamento Participativo igualmente mobilizavam e ajudavam a pensar o bairro. Assim que durante toda a década de 1990 o Campeche esteve em permanente ebulição. No período foi eleito o morador Lázaro Daniel como vereador da cidade (1993-2004). E ele foi um pilar importante na organização. A intenção era reunir força institucional para garantir o projeto da comunidade. Mas obviamente a Câmara de Vereadores tinha maioria pró-empresarial. Ainda assim, a presença de Lázaro e sua intransigência na batalha por uma cidade melhor foram decisivas para os grandes avanços da luta comunitária. Como ele era também militante da luta pela moradia, seu envolvimento com o Plano Diretor observava uma visão universalista da cidade.

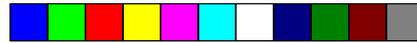
As conversas com o IPUF apontaram a necessidade de o bairro construir sua própria proposta. Pois não bastava fazer a crítica da proposta da prefeitura. E então foram incontáveis os dias e noites de trabalho das equipes técnicas, bem como os seminários de apresentação para a comunidade, debates e decisões. É neste contexto que nasce a Rádio Comunitária Campeche, para ser um espaço onde as vozes da luta pudessem se expressar. A rádio começa em 1998, montada na casa do jornalista Lúcio Haeser, e com outros companheiros ligados ao mundo do jornalismo e à mobilização popular, as irradiações se faziam esporadicamente com o intuito de informar a comunidade so-



bre a batalha do Plano Diretor. A rádio, portanto, também surge dentro da proposta de manter o bairro com sua diversidade ambiental preservada.

Em 2001, a Câmara de Vereadores começou a discutir o Plano de Desenvolvimento do Campeche. O bairro já tinha seu próprio Plano Diretor traçado e desenhado, o que abriu caminho para lutas semelhantes em outras comunidades da cidade que passaram a também questionar os planos da prefeitura para seus bairros. A batalha na Câmara foi grande. Cada vez que os vereadores tentavam votar o plano do IPUF lá vinha a comunidade em peso, em protesto, exigindo que seu plano fosse levado em conta. Os vereadores até tentaram juntar os dois, numa espécie de minotauro, mas foram rechaçados pela comunidade. Aqueles confrontos na Câmara também se configuraram em momentos épicos da luta popular do Campeche, fazendo com que toda a cidade acompanhasse a luta. As tentativas de votação mobilizavam centenas de moradores e os vereadores. E assim, nem Angela Amin nem Dário Berger conseguiram colocar em prática o plano absurdo de transformar o Campeche e a região, na qual queriam colocar mais de 450 mil pessoas. Seria a completa destruição da região. Manter o bairro com casas baixas, quintais, as dunas e restinga preservadas e a praia limpa era o objetivo principal e foi sendo garantido na luta comunitária.

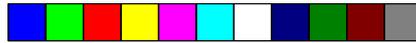
E foi justamente por conta dessa gigantesca batalha dada pela comunidade que a prefeitura começou a tentativa de derrubar o Bar do Chico, espaço comunitário/cultural dos moradores locais que existia na praia desde 1981. Alegando que o bar – um singelo rancho de madeira e palha – causava danos ao ambiente e estava fora da lei, a prefeitura queria destruir o local. Claro que o que estava por trás era golpear a comunidade, afinal, o Bar do Chico se configurava um patrimônio imaterial dos moradores, sendo ali ponto de encontros políticos e de luta. Nos dias de verão do Campeche, era ali que a comunidade ocorria para uma tainha frita e para discutir a luta que se travava pela proteção do bairro. Seu Chico, conhecido pescador nativo, era assim uma espécie de símbolo do Campeche que se queria preservar. A pe-



leia contra a prefeitura durou quase duas décadas, justamente o mesmo período da batalha pelo Plano Diretor, e só terminou em 2010, quando finalmente o bar foi derrubado, numa fria madrugada de julho, na qual a comunidade foi pega de surpresa. Tombava o símbolo, caía o bar e a comunidade era ferida de maneira indelével.

No Campeche, o debate sobre o Plano Diretor era capilar. O movimento havia criado um jornal comunitário, o *Fala Campeche*, e sistematicamente o informativo circulava nos estabelecimentos comerciais e nos espaços públicos com notícias sobre o andamento do processo de construção do plano e os calendários de reuniões, seminários e encontros técnicos. Havia ainda a Rádio Comunitária Campeche, que irradiava para o bairro todo o processo de luta da comunidade. Sua legalização só aconteceu em 2005, mas sempre que havia necessidade, a rádio entrava no ar, direto da casa do jornalista Lúcio Haeser, seu idealizador. O diálogo com os moradores era permanente e sempre de olho na cidade como uma unidade. Foi assim, nos encontros comunitários realizados no salão do Clube Catalina ou na SAC (Sociedade dos Amigos do Campeche), que os campechianos começaram a se dar conta de que não bastava cuidar só do bairro e ter um plano para ele. Era preciso articular a cidade inteira. A especulação imobiliária avançara muito na década de 1990 e a chegada do terceiro milênio mostrava que o “bonde do cimento” estava forte e firme na vontade de engolir a cidade. Isso se expressava nas batalhas sistemáticas que ocorriam em cada reunião, nos embates com aqueles e aquelas que buscavam respaldar o plano da prefeitura.

Houve brigas homéricas e até tiro saiu, como numa manifestação pela proteção da Lagoa Pequena, quando seu entorno foi cobiçado por um empreendimento disposto a subir prédio no local. Num dia que a comunidade decidiu fazer um ato que protesto, com o abraço à Lagoa, exigindo sua proteção, um dos organizadores, o professor Raúl Burgos, teve revólver apontado para sua cara por um dos defensores da construção. Era uma batalha de vida ou morte mesmo, porque estava em jogo o destino do bairro. Uma das mais importantes articuladoras do movimento, a professora Janice Tirelli, sempre foi incisiva na



proposta de manter o Campeche como um bairro-jardim, um lugar para viver e não apenas para morar. Sua presença firme e luminosa na condução das reuniões e nos debates técnicos foi fundamental para que o processo fosse até o final. “O nosso movimento no bairro foi muito importante. Estimulou outros bairros, como o Estreito e Ingleses, estimulou a universidade, mostrou que com organização era possível mudar os planos da prefeitura”, conta.

A grande preocupação dos moradores sempre foi garantir a preservação da geografia local. O Campeche é formado por um maciço, no qual está o Morro do Lampião, e uma Planície Sedimentar. Impedir a destruição e o desmatamento no Morro do Lampião era ponto central porque é esta vegetação do morro que evita erosão e protege as nascentes, retendo a água da chuva e garantindo a biodiversidade. Se o morro fosse ocupado, as chances de problemas na planície seriam grandes.

Na área da planície, o papel da restinga e das dunas é também de fundamental importância para a vida das famílias moradoras do bairro. Caso começassem a construir prédios na região da restinga, as dunas ficariam sem o seu mecanismo de fixação e começariam a se mover, podendo invadir casas e espaços já construídos. E, se as dunas se movem, o mar também avança terra adentro, causando ressacas cada vez maiores, como as que se registraram no verão de 2011. Ocorre que as dunas formam uma parede natural entre o mar e o ambiente terrestre, conformando um espaço bastante frágil, que não deve ser mexido, sob pena de grandes alterações ambientais. Esta é uma constatação científica e não dar ouvidos aos mecanismos da natureza é arriscar a vida da comunidade. No ano de 2021, muitas famílias que construíram na área de dunas no Morro das Pedras perderam suas casas, engolidas pelo mar. Aviso não faltou. E, nesse processo, a prefeitura jogou no mar milhões de reais, criando barreiras com sacos de areia e toras, porque logo adiante novas ressacas vieram e tudo foi embora. As denúncias são feitas, mas nada muda. Agora, em 2023, mais uma vez o mar subiu em ressaca e novas moradias foram atingidas. É um eterno retorno.



O solo da região da planície também é bastante peculiar. Arenoso, poroso, tem uma drenagem natural bastante boa, daí a necessidade de não impermeabilizá-lo com asfalto, por exemplo. Se as ruas forem calçadas com lajota, a permeabilidade se mantém e a drenagem impede alagamentos e enxurradas. Não atentar para isso é promover desgraça mais hoje, mais amanhã.

Igualmente, por sua porosidade, o solo armazena muita água, configurando um rico aquífero de mais de 105 bilhões de litros de água pura que precisa ser preservado. Daí a luta contra o rebaixamento do lençol freático, porque pode levar a salinização da água. Todas estas questões sempre estiveram presentes nas reuniões comunitárias e nos encontros técnicos porque elas devem ser levadas em conta quando se autoriza uma construção. E esses temas sempre estiveram em pauta na Rádio Campeche, informando e formando a população. Por isso, no plano do Campeche foi mantida a proposta de casas com até dois andares e prédios de até quatro, para que seja respeitada a fragilidade dos ambientes. Na batalha contra os que queriam prédios de 18 andares, foi a proposta da população que venceu. “A gente trazia o exemplo de Balneário Camboriú, que às três horas da tarde já não tem mais sol. Insistir nos espigões era matar a praia”, lembra Lázaro Daniel, ex-vereador e líder comunitário. Essa vitória foi por água abaixo com as mudanças feitas à força pela prefeitura no Plano Diretor aprovado em 2014 e no começo de 2023. Com a nova lei, mais andares podem subir e novos ataques ao ambiente serão cometidos no Sul da ilha.

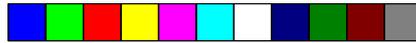
Um plano para a cidade

Enquanto no Sul da ilha a luta se fazia de maneira comunitária, em outros espaços da cidade surgiam também novas batalhas por moradia, contra os grandes empreendimentos como marinas, campo de golfe e condomínios. Foi neste período que, praticamente sem mais espaço na mídia comercial, eu decidi criar um blog, então uma novidade no começo dos anos 2000, para poder divulgar aquilo que as empresas de jornalismo não mostravam porque estavam mancomunadas com a proposta de uma cidade de cimento. A primeira experiência foi dentro



do portal *Comunique-se*, quando criei o blog *Jornalismo Amoroso e de Libertação*, em 2003. Ali, no éter da internet, podia relatar as batalhas por moradia, as lutas dos trabalhadores, as infindáveis reuniões pelo Plano Diretor que se faziam nas comunidades. Era um tipo de comunicação que estava ainda em seus primeiros passos, mas já ajudava a disseminar a informação. Além de ficar fixada no blog, também enviávamos as matérias via correio eletrônico, o que nos possibilitava chegar a muita gente.

Em 2006, depois de já confrontada tantas vezes pela comunidade do Campeche, e sem conseguir aprovar suas propostas, a prefeitura – então sob o comando de Dário Berger – decidiu dar início à discussão de um Plano Diretor Participativo para toda a cidade, alegando que iria buscar envolver os demais bairros na discussão, ouvindo suas propostas e demandas. Quando isso acontece – a proposta de um plano para a cidade – o Campeche já tinha quase 20 anos de acúmulo no debate sobre que tipo de bairro queria ser, e ainda continuava bastante mobilizado. Afinal, fora essa luta que evitara a consolidação do esdrúxulo plano de tornar a planície um espaço de turismo especulado, com prédios gigantes e avenidas à beira-mar. Agora, com a proposta de um plano unificado, seria possível avançar ainda mais nas propostas arquitetadas naqueles anos todos de organização. Foi nesse ano também que a Rádio Comunitária Campeche, já legalizada, começou sua programação diária, 24 horas no ar, e também com programas ao vivo. Esses programas eram praticamente todos voltados à divulgação da construção do Plano Diretor Participativo. Com a emissora, o movimento conseguia chegar a muito mais gente e toda a programação estava voltada para o processo organizativo. É também em 2006 que vai ao ar o primeiro programa ao vivo e de jornalismo da rádio, o Campo de Peixe, coordenado por mim, com a parceria de Glauco Marques, Débora Daniel e a jornalista Alícia Alão. O programa era – e é até hoje – espaço seguro para as lutas do bairro e da cidade. E, no ano seguinte, com o fechamento do espaço de blogs no *Comunique-se*, transferi o blog *Jornalismo Amoroso e de Libertação* para a plataforma *blogspot.com*, na qual ele passa a se chamar

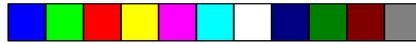


Palavras Insurgentes. Esse blog vai se tornar então, com a rádio Campeche, trincheira de luta e de discussão da cidade. Todas as pautas passam por ali.

É no ano de 2006 que nasce também a *Revista Pobres e Nojentas*, coordenada por mim e pela jornalista Míriam Santini de Abreu. Uma publicação em papel, disposta a igualmente dissecar os grandes temas da cidade. Nas suas 30 edições, distribuídas de 2006 até 2013, os temas ambientais, a luta por moradia e o Plano Diretor foram pautas recorrentes. O propósito era justamente oferecer à cidade aquilo que os meios de comunicação comerciais escondiam.

E assim, enquanto o jornalismo independente procurava criar espaços para as grandes batalhas da cidade, a luta seguia. Como já havia passado muito tempo desde as primeiras mobilizações, em 2007 o Conselho Popular da Planície do Campeche decidiu chamar um grande seminário para rever todo o trabalho do Plano Diretor construído nos anos 1990. A final, o bairro já havia mudado bastante por conta das constantes alterações promovidas pela Câmara de Vereadores, que acabava permitindo construções e outros empreendimentos, mudando aleatoriamente o zoneamento. Também já havia sido constituída toda uma estrutura urbana, bastante diferenciada da que havia nas décadas de 1980 e 1990. Havia então que alterar o velho plano. Naqueles dias, a luta da comunidade ainda mantinha intocadas as dunas e a restinga, onde a prefeitura planejava passar uma imensa beira-mar. Também havia sido possível barrar os prédios altos na região da orla, com a manutenção de apenas quatro andares.

O trabalho de construção do novo plano seguia, amparado nos núcleos distritais, mas em 2009 a prefeitura desarticulou o processo visando acabar com o debate comunitário e votar um plano próprio, construído com uma assessoria privada, sem levar em conta tudo que já havia sido pensado nas diversas regiões da cidade. Novas e grandiosas batalhas foram travadas, agora não mais só com a gente do Campeche, mas com as demais comunidades organizadas na cidade. O plano, feito por uma empresa argentina, era totalmente descolado do que havia sido discutido ao longo dos anos e mantinha ainda a

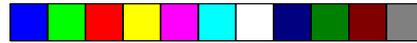


região do Campeche como um núcleo importante no modelo de desenvolvimento proposto. Por isso, mesmo sem recursos, o Núcleo Distrital seguiu trabalhando, bem como o Núcleo Gestor, mantendo a proposta de construir um Plano Diretor que levasse em conta as demandas da comunidade constituídas desde 2001.

Em 2010, quando a prefeitura chamou uma audiência pública para apresentar seu projeto de Plano Diretor, que incluía grandes parques temáticos, portos, espaços tecnológicos e marinas, a resposta comunitária foi extraordinária. Vieram pessoas dos lugares mais longínquos da cidade, com faixas, cartazes, camisas pretas, e toda a gana possível. Erguidos em luta, aqueles que amavam o lugar onde viviam protestaram contra a farsa montada pela prefeitura municipal, que pretendia homologar um plano diretor da cidade construído sem a voz das comunidades. Foi um momento de luta importante que mostrou a força da cidade real. A audiência acabou não acontecendo por conta da manifestação e por fim foi lavrada uma ata na qual se contava a decisão popular: “Este não é nosso plano. Não aceitamos essa imposição da prefeitura. Queremos a decisão tomada nestes três anos de encontros e participação comunitária”. A imprensa comercial, é claro, tratou a audiência como uma “confusão”, mostrando o péssimo jornalismo que é praticado pelas empresas locais.

Passada essa audiência, as comunidades seguiram se reunindo e definindo suas propostas. Muitos outros protestos foram realizados na tentativa de dobrar a prefeitura para que abandonasse o projeto da empresa Cepa, que em última análise era de destruição da cidade. Teve início uma batalha jurídica para reestabelecer o Núcleo Gestor, extinto pela prefeitura, e no ano seguinte, 2011, o processo comunitário foi retomado. Àquela altura a cidade tinha outro prefeito, César Souza Júnior, mas a proposta de entregar a cidade para a especulação seguia a mesma.

Tanto que dois anos depois, em 2013, César Souza Júnior desferiu duro golpe contra o Plano Participativo. Praticamente nos últimos dias do ano, ele encaminhou para a Câmara de Vereadores uma proposta de Plano Diretor com mais de 600 novas emendas que desfiguravam



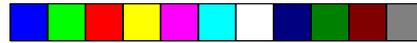
por completo o plano construído pelas comunidades. Pediu regime de urgência e foi atendido. A votação ficou para o dia 30 de dezembro, em plena semana de feriados e no calor de 40 graus. Confiava que não haveria ninguém para incomodar. Mas não foi assim. Veio gente de todo lugar lutar contra mais aquele ataque contra a vida e contra o ambiente. Tanto fora da Câmara quanto dentro, com a ação dos vereadores Pedrão (PP), Lino Peres (PT) e Afrânio Boppré (PSOL), a batalha foi acirrada. Mas não teve jeito. O Plano passou. Foram 17 votos a favor, uma abstenção e três votos contra, e a Câmara de Vereadores aprovava uma lei que iria modificar a cidade pelas próximas décadas.

Naquele dia, forte aparato policial foi convocado e o conflito foi inevitável. Houve violenta repressão, inclusive com um dos manifestantes perdendo a visão de um olho por conta de um tiro de borracha. E, assim, sob o signo do cassetete, das bombas de gás e das balas de borracha, a prefeitura aprovou o seu Plano Diretor, que já não podia mais ser chamado de participativo, visto que estava todo alterado. Depois de quase três décadas de organização e luta, o Campeche, e a cidade, perderam a batalha.

Hoje, olhando Florianópolis depois de quase 10 anos do Plano, já se pode confirmar o que se denunciava: áreas adensadas de maneira absurda, espaços de preservação liberados para construção, o cimento tomando conta do verde, e a ilha invadida por prédios e condomínios de alto padrão. Tudo isso sem modificar a estrutura do transporte, que segue sendo um motivo de adoecimento. Tampouco se investe em saneamento, nem no planejamento com a água e com a energia elétrica. A cidade cresce, mas a infraestrutura segue igual, causando inúmeros problemas para os moradores, tornando a vida insalubre. Isso sem falar das inúmeras novas ocupações urbanas que vão surgindo por conta de que os trabalhadores não conseguem pagar aluguel num espaço que parece cada dia mais ser arranjado apenas para os ricos.

O Campeche hoje

No Campeche, depois de tantos anos de luta, há certa desolação. Muitos dos lutadores que iniciaram o processo de discussão do Plano



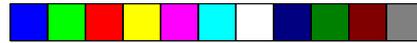
Diretor ainda nos anos 1980 se afastaram da batalha cotidiana. Como bem aclarou o ex-presidente da Amocam, Ubiratan de Mattos Saldanha, a frustração é grande. “Quando a gente anda pelo Campeche hoje, todo retalhado, com esses prédios e condomínios, e se lembra do tanto de trabalho que tivemos, com noites e dias de estudo e construção do plano, dá uma baita angústia. Fomos derrotados”.

Lázaro Daniel não é tão pessimista. Ele acredita que, apesar de algumas perdas, os moradores do Campeche, por conta da luta travada, conseguiram importantes vitórias diante dos planos da prefeitura. “Nós impedimos a construção da beira-mar, da estrada que iria da Joaquina até o aeroporto, barramos os 18 andares para os prédios. A nossa luta foi importante e valeu demais.” Para ele, ainda vale a pena celebrar estas conquistas que permitiram ao bairro ainda ser um bairro-jardim, apesar do avanço do cimento.

Janice Tirelli avalia que o movimento vivido pelo Campeche foi muito importante, causou bastante incômodo para o poder. Mas ela também acredita que, apesar do esforço e da bravura da comunidade, houve muitos erros e equívocos. “Não fomos contundentes o suficiente, não tivemos radicalidade. Também é importante lembrar que tivemos problemas dentro do movimento, muito cisco, gente que não vinha pelo coletivo, que tinha planos pessoais. Não poderíamos ter pactuado com essa gente.”

O Plano Diretor votado em 2014 passou por nova mudança em 2023 e segue mutilando a cidade conforme os interesses do bonde do cimento. Não há qualquer preocupação com a preservação dos espaços protegidos, ao contrário. Os vereadores seguem, sistematicamente, mudando a lei para garantir novas construções, e as licenças para os prédios seguem saindo aos borbotões. Agora até mesmo os espigões poderão se levantar em qualquer bairro. A cidade sendo planejada pelos empresários e não pelo prefeito ou pelos moradores.

No Campeche, muitos dos movimentos que fizeram a luta pelo Plano Diretor já cumpriram sua missão e se acabaram. Outros, como a Associação de Moradores, seguem vivos e acolhendo uma nova geração. Ainda assim, os tempos são de certa paralisia. A ebulição dos



anos 1980, 1990 e 2000 não existe mais. As lutas são pontuais. “Nós conseguimos um tipo de organização comunitária que foi muito boa naquele momento. Hoje, os tempos são outros. Há que encontrar um caminho diferente no presente. E, penso eu, precisa haver mais radicalidade na luta”, diz Janice.

Questões como a do esgoto escorrendo na praia por conta do crescimento exacerbado e desordenado, a falta de um plano de saneamento, a ameaça do emissário submarino para o escoamento do esgoto e o drama cotidiano do transporte coletivo desintegrado exigem ações da comunidade e elas têm acontecido, principalmente através da Amocam. Mas são lutas pontuais, que não atravessam o limite do particular.

Todos os que participaram ativamente da luta pelo Plano Diretor são unânimes em apontar os aspectos positivos daquela organização comunitária histórica, bem como também têm bem claros os equívocos e troços cometidos. Esse povo é a memória viva do bairro e está aí pronto a se mobilizar se preciso for. Mas é chegada a hora de novos corpos, novas líras e novas canções. Nada fica como sempre foi, tudo muda. E a comunidade precisa encontrar os caminhos para proteger o que ama. Não será coisa fácil visto que o bairro cresce, mas não encontra nos novos moradores corpos em luta. Os que chegam – em sua maioria – buscam apenas a paisagem especulada, não se engajam nas lutas locais. E sem mobilização, as propostas da prefeitura passam de roldão. Ainda há muito que proteger, lagoas, dunas, restinga, planície, morros, espaços de criação de vida animal e vegetal, bem como a nossa própria vida, que não existe sem equilíbrio com a natureza.

A lição tirada das vitórias garantidas nos anos 1980, 1990 e 2000 é de que apenas a luta radical e comunitária pode impedir a destruição. O capitalismo, como diz o filósofo István Mészáros, é insaciável e imparável. Ele vai destruindo tudo à sua volta. Essa é a sua natureza. Somente quando esse modo de produção for destruído poderemos verdadeiramente construir a cidade que queremos. Daí que a luta não pode ser apenas no bairro e pelo bairro e muito menos se limitar à



defesa da natureza. Ela tem de ser também pela derrota do capitalismo. Sem isso, até se avança aqui e ali, mas não se mexe na estrutura.

A chamada luta ambiental não tem como acontecer sozinha, sem a ligação com a luta de classes necessária para mudar o sistema. Melhorar um bairro ou preservar um espaço natural não garante vida melhor para todos. São pequenos curativos que se espalham na paisagem. Não matam o monstro. Justamente por isso que, tanto nos impressos que produzimos como nos vídeos, na Rádio Campeche e no blog *Palavras Insurgentes*, caminhamos nessa via dupla: a luta pelo equilíbrio ambiental com a luta de classe para a destruição desse modo de produção que envenena tudo que toca.

Nosso papel como imprensa dos trabalhadores é esse: narrar o drama que se expressa na cidade, mas garantir também instrumentos de compreensão da realidade para que as gentes possam agir na transformação. A luta ambiental não está vinculada à jardinagem, ela está intimamente ligada à luta dos trabalhadores pela construção de um novo modo de produção. A batalha é entre nós e o capital.



JORNALISMO A SERVIÇO DA CLASSE TRABALHADORA

JORNAL DAS Comunidades
Florianópolis, outubro de 2008

Prefeitura e Cohab rasgam acordo

Concap esconde frigorífico, quer ser "intermediária" e prejudica os proletores

Página 3

Dossiê revela: Polícia e Fucabem torturam menores

Página 4

Associações de Moradores fazem encontro para discutir seus problemas

Página 3

Pobre é gente o ano todo, não só em eleição

Página 3

Show, teatro, oração e fé na I Romaria do Sem Teto

Já é tradição, realizada há mais de dez anos, a I Romaria do Sem Teto, promovida pelo movimento social de moradores de Florianópolis. O evento reúne milhares de pessoas em busca de soluções para o problema da moradia na cidade. Além de shows, teatro e orações, há também a distribuição de alimentos e a realização de atividades culturais. A romaria é considerada um dos principais eventos da cidade e é realizada em um local que não possui infraestrutura adequada para receber tantas pessoas. O evento é organizado por uma comissão formada por moradores e voluntários. A primeira edição da romaria ocorreu em 1997, com a participação de cerca de 10 mil pessoas. Desde então, o número de participantes tem crescido constantemente. Em 2008, a romaria reuniu mais de 20 mil pessoas. O evento é realizado em um local que não possui infraestrutura adequada para receber tantas pessoas. O evento é organizado por uma comissão formada por moradores e voluntários. A primeira edição da romaria ocorreu em 1997, com a participação de cerca de 10 mil pessoas. Desde então, o número de participantes tem crescido constantemente. Em 2008, a romaria reuniu mais de 20 mil pessoas.

JORNAL DAS BANCADAS ESTADUAL E FEDERAL DO PT/SC

ACONTECENDO

POLEMICA: Lei põe em risco a Soberania Nacional
EXPERIÊNCIA: Deputados do PT discutem unificação dos mercados
MILITANCIA: Lula percorre o país e chama a atenção para a fome
JUSTICA: Ação Popular contra abusos do Governo

Página 6 Página 8 Página 8 Página 7

Em defesa do direito à Moradia

O trabalho unificado das bancadas estadual e federal do PT, este ano, tem uma bandeira de luta: a defesa do direito dos cidadãos à moradia. Outros prioridades da atuação dos parlamentares positos, você acompanha na página seguinte.

SÁTIF
Projeto questiona o tratamento recebido por "doentes mentais" em SC
Página 7

DE OLHO
Agora a população tem um instrumento de investigação nas mãos
Página 3

JORNAL DAS Comunidades
Florianópolis, maio de 2009

Despejo ameaça 3.458 pessoas na Grande Florianópolis

Trinta áreas em conflito pela posse da terra

Prefeitura esquece a periferia

Concentração da terra é quase absoluta

Faltam 40 mil residências na Capital

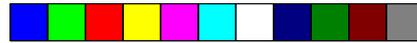
Está prevista a construção de 20 mil unidades habitacionais em Florianópolis até 2012. No entanto, a Prefeitura Municipal não possui recursos suficientes para garantir a construção dessas unidades. Além disso, a Prefeitura não possui uma política habitacional clara e consistente. Isso resulta em uma situação de insegurança para milhares de pessoas que vivem em áreas de risco e sem acesso a serviços básicos. A falta de investimento em habitação social é um dos principais problemas enfrentados pela cidade. A Prefeitura precisa tomar medidas urgentes para garantir o direito à moradia para todos os cidadãos.

Pobres Nojentas

Florianópolis (SC) maio/junho de 2013
Ano 6 Nº 28
R\$ 5,00

Floripa, espaço da colíza

"Floripa" é a cidade que construiu vilas, colônias e moradia para todos.



UM PAUTEIRO QUE USAVA BATINA

IMARA STALLBAUM

No entardecer de uma sexta-feira de 1990, daquelas tenebrosas, em que a gente fechava a edição de sábado até umas 22 horas e só saía da redação depois do fechamento da edição dominical, na madrugada, caindo aos pedaços, o telefone tocou no ramal em que eu me encontrava.

– Aqui é da portaria. O padre Raulino está aqui. Ele pode subir?

Entre ouvir a pergunta e dizer sim, foi um longo segundo, mas quase enfartei. Afinal, eu era responsável pela editoria de Geral e ainda por cima atuava como repórter especial do *Diário Catarinense*. Sim, eu trabalhava mais que petiço emprestado, e ainda faltava escrever boa parte de uma reportagem que sairia na edição daquele domingo.

Enquanto o visitante, dispensando o elevador, subia a rampa rumo ao terceiro andar onde eu me encontrava, respirei fundo e caí na real. Me dei conta do tamanho do privilégio que era ser uma jornalista em quem o padre confiava a ponto de sair de sua casa, em Itapema, e percorrer 72,5 quilômetros até Itaguaçu, para conversar. Ele errara o dia, mas fazer o quê!

Eu também confiava muito nele, no conhecimento daquele botânico-historiador reconhecido internacionalmente e que dividia a ciência com o sacerdócio. Confiava e o respeitava tanto a ponto de alcunhá-lo de o Pai da Ecologia catarinense. Essa ousadia, perpetuada em várias matérias minhas, jamais mereceu qualquer tipo de contestação oficial dos mais importantes ambientalistas dos anos 1980-90 que liam o jornal. No máximo, depois disso alguns passaram a chamá-lo também de o patrono da ecologia catarinense, o que, convenhamos, dá no mesmo.

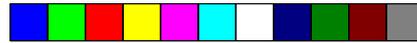


E eis que agora o padre estava diante de mim, falando rapidinho, embora com a tranquilidade habitual, humilde, porque eu já o alertara sobre a falta de tempo para conversar com quem quer que fosse. Logo perguntou se eu estava assistindo à novela Pantanal, exibida pela extinta TV Manchete (de 27/3 a 11/12 de 1990). Claro que assistia, quando dava, aliás, como a maioria dos brasileiros fazia em relação a uma novela que se transformara num marco da televisão brasileira blá-blá-blá.

Mal terminei de fazer os elogios e ele deu mostras de que também era um pauteiro ardiloso: “Queres conhecer o Pantanal catarinense?”, perguntou. Tomada por uma curiosidade incontrolável, já combinei ali mesmo, o dia e a hora da viagem que faríamos até a Baixada do Maciambu, em pleno Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Com o padre nos ciceroneando naquela paisagem fantástica, e ainda por cima tendo levado um saco de supermercado cheio de laranjas de polpa vermelha colhidas em Itapema, a viagem foi um sucesso. Mas até hoje eu acho que quem se deu melhor nesta história foi o fotojornalista Júlio Cavaleiro, que deitou e rolou fazendo fotos do nosso Pantanal.

Escrevi um texto dizendo que a Baixada do Maciambu era uma planície situada entre o Rio Maciambu e o Rio da Madre, ricamente drenada, formada por cordões arenosos decorrentes do recuo do mar e até mesmo detetora de jacarés. Não foi o texto mais redondo que fiz na vida, mas deu pro gasto. O importante é que os leitores ficaram sabendo que Santa Catarina possuía seu próprio Pantanal. Lembro de ter começado a matéria assim: “Só falta Juma Marruá aparecer...” numa referência à personagem principal da novela, interpretada pela atriz Cristiana Oliveira.

O que eu não sabia na época é que o motivo do convite do padre não se restringia, tão somente, ao desejo de compartilhar a existência daquele ecossistema com a opinião pública. Aliás, se a razão fosse essa estaria em total sintonia com o pensamento de Nilson Lage, professor e teórico do jornalismo catarinense, segundo o qual “a notícia dá existência aos fatos”, “o que não é noticiado, não existe” e, portanto, não pode ser protegido.



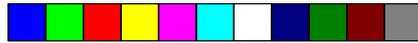
Com o tempo, depois de saber o que realmente levou Reitz a me procurar naquela sexta-feira ouso compará-lo, quem diria, a um daqueles enxadristas calculistas e competitivos que a gente vê em torneios internacionais. Ele queria defender a área. E para isto se propunha, a num só lance, dar visibilidade à Baixada do Maciambu e, ao fazê-lo, garantir a vida do ecossistema face a uma terrível ameaça. Sua intenção, e também do numeroso grupo de seguidores e admiradores que ele detinha, consistia em usar a matéria do *DC* para a opinião pública se apaixonar pela Baixa do Maciambu, primeiramente.

O xeque-mate, suponho, aconteceria quando os leitores descobrissem o que estava para acontecer com aquele paraíso situado no Parque da Serra do Tabuleiro, mais precisamente em Paulo Lopes, no bairro Sorocaba. Seria a instalação de um aterro sanitário junto ao Rio da Madre, de classe 1, embora, em cursos d'água assim classificados seja proibido o lançamento de qualquer tipo de efluente com ou sem tratamento. Nunca é demais lembrar que o aterro sanitário como o planejado receberia resíduos sólidos domiciliares, hospitalares e industriais. E, a despeito do tipo, a decomposição dos resíduos gera como subprodutos o chorume e o biogás (metano), que precisam ser tratados para não causar contaminação.

A ideia da implantação do aterro para Florianópolis tomou corpo em 1989, após o fechamento do Lixão de Itacorubi devido à pressão popular. Na ocasião, a Comcap abriu uma licitação para selecionar uma empresa capaz de administrar o primeiro aterro sanitário da Capital, cuja localização ainda não estava definida. Vencedora do processo, a Formacco Transambiental resolveu instalar a infraestrutura em Paulo Lopes. Mas como o local acabou não recebendo licenciamento ambiental, a empresa buscou um segundo terreno em Biguaçu, para onde o lixo de Florianópolis é levado diariamente até hoje, mais de três décadas depois.

Inclusão providencial

Em nome de sua preservação, ameaçada pela especulação imobiliária, a Baixada do Maciambu foi inserida providencialmente no



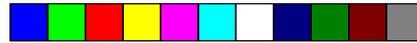
decreto de criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em 1975. E sabe quem foi o autor do decreto? Raulino Reitz, ora.

Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979) era um fiel devoto do padre e um admirador do seu pensamento. Da boca de Reitz, o governador já ouvira várias vezes que chegara a hora de Santa Catarina tratar com carinho a fauna, a flora e a rica diversidade biológica. Assim, já no primeiro ano de mandato, Konder Reis decidiu criar a Fatma (Fundação de Amparo e Pesquisa Tecnológica do Meio Ambiente).

No ano seguinte, convocou Reitz para ajudar na estruturação da fundação. O botânico, que passara os quatro anos anteriores desempenhando a função de diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, permaneceu até 1983 na instituição catarinense, nela ocupando os cargos de presidente, de vice-presidente, além de superintendente adjunto de Pesquisa Ambiental.

Durante o período, elaborou as exposições de motivos e os anteprojetos da totalidade dos parques estaduais, reservas biológicas e estações ecológicas públicas de Santa Catarina constituídos no século 20, a começar pelo Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e o da Serra Furada (1977). O mesmo aconteceu em relação às reservas biológicas do Sassafrás (1977), da Canela Preta (1980) e do Aguai (1983), além de estações ecológicas como a de Carijós (Ilha de Santa Catarina), a dos Timbés (Timbé do Sul e Meleiro) além da estação de Babitonga (Garuva, Joinville, Araquari e São Francisco).

Todas essas unidades de conservação saíram do papel com base nos estudos feitos por Reitz e o botânico e ecólogo Roberto Miguel Klein, seu inseparável parceiro de pesquisas. Mas também tiveram respaldo de consultas feitas a renomados especialistas. O nascimento do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, onde, segundo ele, estava localizada a caixa d'água da Grande Florianópolis, por exemplo, foi respaldado inclusive por laudos técnicos assinados por especialistas do naipe de Silvio Coelho dos Santos, antropólogo catarinense respeitado nacionalmente.



O último encontro

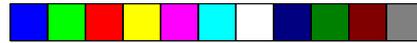
Não lembro a primeira vez que o entrevistei. Se foi logo que comecei no *DC*, no início de 1988, ou um pouco mais tarde. Mas tenho certeza de que aquela sexta-feira em que ele fez minha cabeça em relação à matéria do Pantanal foi a última pauta que ele me passou.

Em 1987, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) decidiu homenagear, nos 10 anos seguintes, os 500 ambientalistas mais destacados do mundo. E em 5 de junho de 1990, Dia Mundial do Meio Ambiente, na cidade do México, Reitz e Klein entraram para a galeria dos agraciados com o Prêmio Global 500 da ONU.

Diante do reconhecimento internacional recebido pela dupla de cientistas, a Câmara de Vereadores de Itajaí resolveu reverenciar a conquista numa sessão especial realizada em 19 de novembro, ou seja, pouco mais de cinco meses depois. E o coração do padre Raulino Reitz, que em 1985 já recebera duas pontes de safena, não suportou tanta emoção. Sofreu um ataque cardíaco fulminante durante a cerimônia. Sua morte foi atestada no dia seguinte. E ele foi enterrado em Antônio Carlos, onde nascera 71 anos atrás. Dois anos depois, em 13 de novembro de 1992 ocorreu a morte de Klein, aos 69 anos.

Quando o Pai da Ecologia catarinense morreu, eu tinha 38 anos de idade e 18 de jornalismo. Comecei a trabalhar no segundo semestre da faculdade de Jornalismo, em Porto Alegre, porque a reforma do ensino promovida pelos militares deixou o curso tão burocrático que eu tinha medo de jamais aprender a ser uma jornalista como Juarez Bahia ou Percival de Souza, cujas reportagens adorava ler nos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo que chegavam às minhas mãos.

Meu primeiro emprego foi como estagiária na *Folha da Manhã*, da Caldas Júnior, em agosto de 1972. O jornal era chamado de Pasquim pelos seus detratores porque praticava um jornalismo crítico, em oposição aos ditames do conservacionismo e da extrema-direita. Em função disso, os censores praticamente viviam na redação. Então, qualquer matéria de aniversário de buraco de rua “comemorado” por uma comunidade era considerado uma grande pauta, principalmente



quando alguma pessoa criticava a prefeitura ou o governo.

Obsolescência Planejada

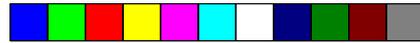
Tanto na *Folha da Manhã* quanto no seu concorrente, a *Zero Hora*, as primeiras notícias sobre meio ambiente ficavam por conta de um engenheiro agrônomo chamado José Lutzenberger (1926-2002) Ele presidia a Agapan (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural), considerada a primeira organização não-governamental brasileira ligada à ecologia e ao meio ambiente.

Em meados dos anos 1970, já na *Zero Hora*, meu segundo emprego, tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente e ouvir as sugestões de pauta que sempre trazia. A par de suas bandeiras mais conhecidas, entre elas a luta contra a ação poluidora da empresa norueguesa Borregaard no município de Guaíba, na Grande Porto Alegre, Lutzenberger permanecerá sempre em minhas lembranças por ter sido a primeira pessoa a usar a expressão obsolescência planejada, diante de mim, um neologismo que poucos conheciam então. O conceito abrange produtos que estragam antes do tempo em comparação ao que ocorria no passado; ou que são substituídos pelas indústrias por versões mais modernas. As duas modalidades, obsolescência planejada ou programada, induzem ao consumo desnecessário, aumentando o lixo tecnológico e abalando a sustentabilidade do planeta.

Olhar Interdisciplinar

Aos poucos fui aprendendo que matéria de meio ambiente não se restringia a desmatamento, que as questões ambientais, como dizia Randau Marques, com quem trabalhei no *Jornal da Tarde*, têm de ser olhadas do ponto de vista mais interdisciplinar possível. A coisa era muito mais ampla e a prova disso foi pauta que o chefe de reportagem de *ZH*, Carlos Alberto Kolecza, me propôs certa feita.

Fazia pouco tempo que o governo federal decidira, de forma arbitrária, instalar o futuro Polo Petroquímico do Sul na região de Triunfo-Montenegro a cerca de 50 quilômetros de Porto Alegre. O complexo ficaria localizado a montante (acima) dos pontos de captação



de água do DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgotos. Kolecza propunha que eu e o fotojornalista Antonio Carlos Mafalda, que me acompanharia na pauta, trabalhássemos em cima da hipótese de um acidente. Ou seja, qual seria o impacto que um vazamento de algum produto tóxico do polo poderia provocar na vida da população de Porto Alegre, totalmente dependente do abastecimento do DMAE?

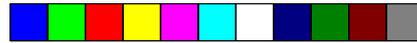
As várias entrevistas e simulações que fizemos delinearam o pior quadro possível, o que fez Mafalda e eu alcançarmos, com bastante folga, os objetivos traçados por nosso chefe de reportagem. Mesmo que a localização do polo tivesse sido definida de forma draconiana, de cima para baixo sem direito a protestos de qualquer natureza, Kolecza queria que as três edições de *ZH* com nossa matéria se transformassem num documento para o futuro. “Se a gente não conseguiu evitar a instalação do complexo neste lugar, se acontecer algum acidente no futuro, alguém poderá dizer que a *Zero Hora* avisou”, assegurava ele.

O impacto da série de reportagem foi tal que ela foi escolhida como a melhor reportagem do ano do Prêmio Fiergs de Jornalismo de 1977, no qual não havia inscrição dos concorrentes. Com o dinheiro que ganhei foi possível comprar um fusca ano 1973, o primeiro carro.

Simbolicamente, minha pós-graduação em jornalismo ambiental aconteceu ao longo dos três anos em que trabalhei no *Jornal da Tarde*, em São Paulo, a partir de 1984. O diretor do jornal, Rodrigo Mesquita, era um dos fundadores da Ong SOS Mata Atlântica. E graças às pautas dele, eu vivia no Vale do Ribeira, região paulista detentora de um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica do país. Fazia reportagens sobre roubo de madeira, de palmito, sobre realização de pesquisas acadêmicas na área. Quase sempre, minhas matérias, acompanhadas de belas fotos, ganhavam o direito de sair na página central do jornal, que era *standard*, o chamado “jornalão”.

Holocausto das florestas

Depois de uma rápida incursão no *Globo* do Rio de Janeiro, que durou, quando muito, seis meses, Mafalda e eu fomos convidados para



trabalhar no *Diário Catarinense*. Chegamos em dezembro de 1987 e tão logo assumi a editoria de Geral, em janeiro do ano seguinte, e ele a de Fotografia, resolvi tomar pé do ambientalismo em Santa Catarina. O que recebi dos meus repórteres foi muita matéria de denúncia de derrubada de árvores em encostas e topo de morros, poluição de cursos d'água, madeira sendo transformada em carvão.

Eu mesma fiz algumas reportagens analisando os problemas que precisavam ser solucionados, como aponta um trecho da matéria publicada em 28 de maio de 1989:

“O holocausto das nossas florestas é reforçado pela cada vez mais ávida atuação dos proprietários das 5 mil estufas de fumo existentes e dos carvoeiros. O próprio Ibama calcula existirem cerca de 10 mil fornos de carvão.

Alimentados, alguns, por restos de serrarias e por todo tipo de árvores, a maioria, eles se multiplicam mês a mês, ajudando a aumentar a velocidade da destruição das nossas matas”.

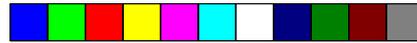
No domingo 10 de setembro do mesmo ano, com o título “Ibama, um órgão desestruturado”, mais críticas:

“Ao invés de zelar pelo pouco que resta da Mata Atlântica, a única floresta nativa ainda existente em Santa Catarina, e pelos cerca de 530 quilômetros de litoral catarinense, o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), criado em janeiro deste ano, nada mais tem sido além de um órgão inoperante, desestruturado e benevolente para com os predadores.”

“Disputada por várias correntes políticas e quase sempre ocupada por simpatizantes das madeiras, a superintendência do Instituto em Santa Catarina vê permanentemente sua estrutura corroer-se por problemas que vão desde o desestímulo de seu quadro funcional, em decorrência da falta de um plano de cargos e salários, até a desorganização de seus arquivos, a falta de fiscais e de condições para atuar junto aos inimigos do meio ambiente”.

Óculos escuros e facão

Certa vez, na companhia da fotojornalista Cleide de Oliveira e do



motorista Jorge Luiz Vieira, o Jorjão, fiz uma viagem de mais ou menos uma semana para mapear os pontos de maior desmatamento do Estado. Estivemos em vários municípios e na maioria das madeireiras visitadas havia no ar um clima de misoginia e de aversão à presença de Cleide e minha porque, afinal, não fazíamos outra coisa a não ser perguntar sobre coisas que eles não queriam falar.

Por certo, à distância, com seus quase 1,90m de altura e corpulento, Jorjão poderia causar medo a quem quisesse fazer alguma maldade com a gente. Poderia, desde que a pessoa não prestasse atenção nos olhos do nosso motorista. Eram grandes e absurdamente doces, olhos de bonachão.

Foi então que eu discuti com Cleide uma maneira de Jorjão ser respeitado. Paramos no comércio central da primeira cidadezinha que encontramos no caminho, compramos um óculos e um facão para nosso motorista. O primeiro era para as pessoas não conhecerem a bondade do nosso querido Jorjão pelos olhos. Já o facão, mantido junto à base da caixa de câmbio do carro, ao alcance do motorista, era para ele nos defender se a situação esquentasse. E partimos para a próxima entrevista com um verdadeiro gangster a nos guiar.

Infelizmente Jorjão não poderá ler esta história porque morreu no dia 8 de outubro de 2015.

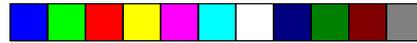
Contando com a ajuda dos repórteres de nossas sucursais em todo o Estado, chegamos a montar um mapa com o nome e a localização das duas dezenas de entidades ambientais existentes naquele tempo. A exemplo do que vários jornais estavam fazendo no Brasil, nosso foco era a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92, também chamada RIO-92, realizada entre 3 e 14 de junho no Rio de Janeiro. Só não participei dela, porque alguns dias depois de o evento ter encerrado dei à luz minha terceira filha, Petra.

A RIO-92 foi um divisor de águas em nossas vidas ao centralizar suas discussões em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, que três décadas depois ainda não foi plenamente decifrado pela maioria da população. Na verdade, a floresta em pé passou a ser apenas um



dos itens desse tipo de desenvolvimento que sofisticava o jornalismo ambiental, ao qual me dediquei a vida inteira sem saber de sua importância.





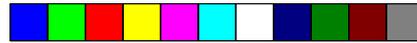
O JORNALISMO E SUAS GEOGRAFIAS E ESTRANHEZAS

MÍRIAM SANTINI DE ABREU

*Porque o mundo nos ensina a escrever,
com suas histórias e seus personagens
e todas as suas geografias e estranhezas.
(Marcos Faerman, 1997)*

“A vida de favelado ao lado da Prefeitura” foi o título dado na edição da minha primeira reportagem assinada em jornal, a extinta *Folha de Hoje*, de Caxias do Sul (RS). Era sobre seis famílias que haviam ocupado o prédio então em construção da Câmara de Vereadores, ao lado do Centro Administrativo. A reportagem saiu em 2 de novembro de 1990 e eu estava no final do segundo semestre do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Unisinos, em São Leopoldo. Na matéria principal e na primeira retranca, descrevo o lugar e as casas e narro a conversa com as famílias. Na segunda e terceira retrancas, disserto sobre a situação da habitação na cidade e os projetos da prefeitura para a construção de moradias. Entrei no jornal como estagiária e depois contratada na Editoria de Geral graças ao então editor, Paulo Cancian, a quem pedi o emprego depois de me demitir da empresa onde era auxiliar de escritório. – Já fiz o primeiro semestre – anunciei, como que para provar a seriedade da minha pretensão. 29 anos depois, defendi minha tese de doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sobre o espaço no jornalismo tendo como objeto de estudo as ocupações urbanas.

Um mês antes da reportagem citada, na edição de 2 de outubro de



1990, saiu uma notícia que escrevi intitulada “Inaugurado trecho da Rota do Sol”, referindo-se ao trecho entre Caxias do Sul e Lajeado Grande. Com aquela cobertura nasceu meu interesse perene pelos conflitos ambientais e urbanos visibilizados no jornalismo. Na época, a imprensa da Serra falava muito sobre a Rota do Sol porque o trecho entre Tainhas e Terra de Areia, no litoral Norte, estava com obras paradas por atravessar região com rica Mata Atlântica, havendo constantes críticas ao então Departamento de Meio Ambiente do estado (DMA).

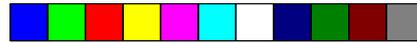
Na coletiva que cobri naquele 2 de outubro, era governador Sinval Guazzelli, e ele falava o tempo todo em eimarima: – O eirarrima isso, o eiarrima aquilo. Perguntei a um colega que estava com crachá do jornal *Correio do Povo*:

– O que é esse eiarrima?

– Ah, é a sigla de Estudo e de Relatório de Impacto Ambiental, os documentos que mostram os impactos das obras e são exigidos para analisar o licenciamento.

EIA-Rima. Pois então! Ali me vinha o conhecimento da exigência nascida em 1986 com base em decisão do Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Conama, depois incorporada na Constituição Federal de 1988. Na notícia, reproduzo uma fala do então diretor do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), para quem o DMA estava “usando a ecologia não como ciência, mas como ideologia”. Lendo a declaração hoje, reflito no quanto ela diz para meus estudos posteriores na especialização em Educação e Meio Ambiente na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), no mestrado em Geografia na UFSC – no qual analisei o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável – e no doutorado em Jornalismo, com pesquisa sobre a ideologia na cobertura das ocupações urbanas, muitas vezes acusadas, nos grupos hegemônicos de mídia de Florianópolis, de serem responsáveis pela degradação da natureza.

Nos jornais onde trabalhei depois da *Folha de Hoje*, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, eu continuei a atuar em Geral e gostar cada vez mais das coberturas com as temáticas primevas na minha



formação profissional. Em Joinville, acompanhei como repórter a trajetória do então prefeito e depois governador Luiz Henrique da Silveira, que tinha embates frequentes com os órgãos ambientais, em especial o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por causa das irregularidades que a prefeitura avalizava. Analiso as repercussões dessa trajetória em um artigo intitulado “Código Florestal Brasileiro e Código Ambiental de Santa Catarina: legislação a favor do lucro”, publicado em 2012 na *Rebela*, revista da Rede Brasileira de Estudos Latino-Americanos.

A articulação de LHS – como o chamava a mídia estadual – foi fundamental para fragilizar a legislação ambiental de Santa Catarina e, posteriormente, o Código Florestal Brasileiro, na lógica dos interesses dos grandes grupos econômicos. Avalio como fundamental hoje um conjunto de grandes reportagens capazes de relacionar as alterações na legislação aos desastres ambientais cada vez mais comuns no estado, piorados pelas mudanças climáticas.

Reencontrei LHS na cobertura que fiz em 2003 para uma edição especial do jornal *Circulação*, do Sindicato de Trabalhadores em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (SINTUFSC), onde fui assessora de imprensa por seis anos, os quais considero os mais importantes de minha carreira. Ali conheci as jornalistas Elaine Tavares e Raquel Moysés e, por elas, a obra-prima jornalística do jornalista Marcos Faerman e a teoria marxista do jornalismo de Adelman Genro Filho. Esse quarteto engravidou definitivamente o meu olhar para o mundo e para o jornalismo.

Aquela edição do jornal *Circulação*, com 16 páginas, conta o processo de instalação da ArcelorMittal Vega em São Francisco do Sul, no Norte do estado, através de parceria público-privada, com investimentos públicos que beneficiaram grandemente a empresa, narrando também a luta do movimento ambientalista local para defender a natureza do lugar. Na época, aquele foi o maior investimento privado já feito em Santa Catarina, ilustrando ricamente o processo pelo qual interesses privados são justificados como de interesse público. A sustentação ideológica se deu, como ainda hoje, por dois discursos: de-



envolvimento sustentável e responsabilidade social.

A empresa, uma das mais modernas unidades de transformação de aço do mundo, enraizou-se em todo o município, em especial com programas de educação ambiental. No dia da inauguração da unidade, em 2003, estávamos lá eu e o jornalista Ricardo Casarini registrando tudo em fotografias, resultando em um trabalho muito especial para mim, principalmente por ter sido feito para um veículo sindical. Na época, pelo *Circulação*, fiz reportagens sobre direitos dos animais, impactos ambientais de grandes empreendimentos, como o Costão Golf, no Norte da Ilha de Santa Catarina, e a realidade socioespacial das periferias da capital catarinense. O *Circulação* era uma beleza!

Outro trabalho que gostei de fazer, em especial pelo fato de ter ocorrido durante a pandemia de covid-19, com todas as dificuldades aí implicadas, foi para o site *Folha da Cidade*, projeto de um grupo de jornalistas de Florianópolis no qual me incluo que durou de 25 de março de 2020 a 18 de junho de 2021. O domínio do site já foi usado para outro fim, mas vestígios das coberturas aparecem na conta do Facebook, /folhadacidadejornal

Escrevi notícias sobre a crise hídrica na Lagoa do Peri, o silêncio na quarentena, o aumento do consumo de orgânicos na pandemia, as dificuldades de isolamento e alimentação nas periferias e os ataques à legislação estadual de proteção ambiental. A *Folha* durou pouco, mas serviu para mostrar o quanto há para cobrir no cotidiano de Florianópolis.

Do que fiz nestes quase 35 anos de profissão, escolhi, para descrever, o conjunto jornalístico da *Revista Pobres & Nojentas*, da qual circularam 30 edições impressas entre 2006 e 2013. Atualmente, a revista continua viva em blog, criado em agosto de 2007 com o mesmo nome, e em perfil no Facebook e conta no YouTube. Relaciono a seguir um conjunto de reportagens minhas e de outros colegas visibilizando o quanto, apesar do tempo passado, a revista se afirma na permanência das pautas lá desenvolvidas. Estão vivas e buliçosas a ideia de jornalismo que gestou o projeto, o conjunto de temas acolhidos na revista e a concepção de cidade que inspirava as reportagens, artigos



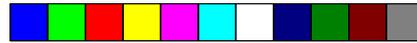
e crônicas. Uma cidade rebelde, em luta constante contra o projeto de poder que destina o melhor do espaço urbano apenas aos endinheirados.

A *Pobres* nasceu depois de uma conversa entre um pequeno grupo que se reunia na antiga Padaria Brasília, na Praça XV, centro de Florianópolis, depois das lutas e passeatas, para discutir jornalismo. A nossa musa inspiradora foi Jussara Godoi, então técnica-administrativa na UFSC e hoje aposentada. Na conversa, ela sugeriu que criássemos uma revista para contar as histórias das gentes que não apareciam nos jornais nem na televisão. A Ju, como a chamamos, apareceu na primeira capa da *Pobres*.

Nas bancas, como hoje, enfileiravam-se publicações sobre a vida dos ricos e famosos. Não se falava da vida e da luta dos empobrecidos, do povo que trabalha, luta e constrói mundos. Aí, na conversa, apareceu a palavra “nojenta” agregada ao nome, com um significado específico para as editoras e usual no Rio Grande do Sul, onde elas nasceram: guria metida, que quer aparecer. A *Pobres* então traria essa gente inquebrantável, que questiona velhos valores, cria o novo e persegue vida boa e bonita para todos. Movia a equipe a proposta de apresentar também uma nova possibilidade de aprendizagem no campo do jornalismo. Nojenta mesmo, querendo falar de fora do eixo Rio-São Paulo, falar desta ilha cá do Sul. A impressão era viabilizada principalmente com apoio de Sindicatos de Florianópolis e venda de mão em mão. A Banca da Catedral, na Praça XV, também ficava com um pequeno lote de exemplares.

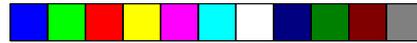
A revista se auto-define no número 1, de maio de 2006, a partir dos objetivos da Companhia dos Loucos, editora independente criada em 2003 pelas jornalistas Elaine Tavares e Raquel Moysés, integrantes da equipe da revista: “Cooperativa da palavra libertária, criadora, caminheira. Não quer lucro nem fama. Sonha derrubar muros que separam e escondem aqueles que têm a sua palavra calada, mutilada, censurada, castrada, quebrada, torturada, em nome do lucro, do mercado, da competição”.

Na revista, havia muitas croniportagens, termo que cunhamos para



definir a mistura de elementos da crônica, no âmbito da literatura, que focaliza o cotidiano, e também da reportagem, no âmbito do jornalismo, visando a profundidade e a análise dos fatos. A croniportagem se caracteriza por textos breves, em torno de 10 parágrafos, e estilo entre o oral e o literário, o que também implica a construção subjetiva do texto. Da literatura as croniportagens da revista também emprestavam, por exemplo, recursos como excertos de poemas e haikais e divisão de blocos de textos com algarismos romanos, como se fossem capítulos. Do jornalismo vêm as entrevistas e a busca pela compreensão do fato em sua totalidade. Essa mescla de elementos da crônica e da reportagem permite que os textos percam a efemeridade característica da crônica, como é possível perceber em parcela significativa do material produzido pela revista desde 2006, que mantém a atualidade das temáticas. Do mesmo modo, a croniportagem “casa” com os recursos possibilitados pelo jornalismo digital, ligando o texto aos vídeos, fotografias e hiperlinks relacionados ao assunto tratado, esses nas redes sociais da revista ou mesmo como indicação no texto impresso.

O conjunto das edições, agora disponíveis na Biblioteca Pública em Florianópolis e na Hemeroteca Digital Catarinense, revela o quanto a capital catarinense fervia naquele período histórico. Menciono seis momentos: 1) a Revolta da Catraca, em 2004 e 2005, quando a população foi às ruas para lutar contra o aumento do preço da passagem de ônibus; 2) o Levante do TAC (Teatro Álvaro de Carvalho), em 2010, contra a proposta de revisão do Plano Diretor do então prefeito Dário Berger; 3) a mobilização popular contra a instalação do Estaleiro da OSX em Biguaçu; 4) a irrupção da Ocupação Amarelado de Souza no Norte da Ilha, em 2013, gerando inédita criminalização policial-jurídico-midiática; 5) a mobilização popular em 2013 e 2014 mais uma vez em protesto contra as mudanças no Plano Diretor na gestão do então prefeito César Souza Júnior; 6) a luta pela Ponta do Coral 100% Pública e contra os emissários submarinos e seus impactos ambientais. Tempos de muita luta e organização popular!



Na *Pobres*, essas lutas apareciam prensadas a quente ou a frio, no calor do fato ou na lembrança dele à luz de manifestações que o evocavam. A seguir, estão citadas reportagens da revista tensionando a relação entre sociedade e natureza em Florianópolis e em Santa Catarina:

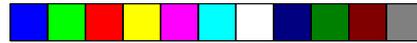
- 1-O lixo vai fora? **nº10 (2007)**
- 2-Quem aí joga golfe? **nº11 (2008)**
- 3-O exército de pinus **nº17 (2009)**
- 4-Decisões sobre saneamento na Ilha ignoram comunidades **nº18 (2009)**
- 5-E a duna sumiu! **nº23 (2010)**
- 6-Resistência garante terras a comunidades tradicionais **nº24 (2010)**
- 7-O canto da sereia e o tamanho do olho gordo **nº25 (2010)**
- 8-Ponta do Coral é “ponta” da luta por território **nº28 (2012)**
- 9-Participação popular trancafiada pelo autoritarismo **nº30 (2013)**

Em três páginas, a reportagem “O lixo vai fora?”, feita por mim, aborda o destino dos resíduos sólidos em Florianópolis a partir de uma visita ao Museu do Lixo, instalado em 2003 na sede da Autarquia Comcap no bairro Itacorubi, em Florianópolis.

Capa da edição, a reportagem “Quem aí joga golfe?”, feita pela jornalista Elaine Tavares, tem como tema a instalação do Costão Golf Ville, no bairro Ingleses do Rio Vermelho, em Florianópolis, e a luta dos moradores para proteger o aquífero que abastece a região. A reportagem relembra a Operação Moeda Verde, da Polícia Federal, que, em 2007, investigou a negociação de licenças ambientais na capital catarinense.

A reportagem “O exército de pinus”, também assinada pela jornalista Elaine Tavares, mostra, em cinco páginas, como a exploração madeireira arrasou a floresta de araucária e a substituiu por pinus na região do Contestado, valendo-se da ideologia, inclusive na rede escolar, para validar a devastação da floresta nativa.

A jornalista Marcela Cornelli assina a reportagem de cinco pági-



nas “Decisões sobre saneamento na Ilha ignoram comunidades”, levantando um tema que, já em 2009, mostrava o quão precário é o saneamento na capital, com o poder público atropelando decisões da população organizada.

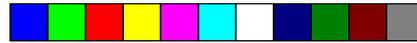
Na reportagem “E a duna sumiu!”, de seis páginas, o jornalista e historiador Celso Martins mostra os estragos feitos pelo avanço do mar em praias da Ilha de Santa Catarina, abordando como a ocupação desordenada é um entre outros fatores que explicam o processo. Celso Martins, falecido em 2018, mantinha o projeto *Daqui* e era parceiro da *Pobres*. Ele publicou três reportagens na revista, duas delas sobre temas ligados ao meio ambiente. A outra foi “O canto da sereia e o tamanho do olho gordo”, sobre a tentativa da empresa OSX de construir um mega-estaleiro em Biguaçu e a resistência contra o empreendimento. O trabalho do *Daqui* e de Celso é contado por sua filha, Anita Grandó Martins, em artigo no livro “A rebelião do vivido no jornalismo independente de Florianópolis” (MARTINS, 2020).

Em parceria, o jornalista Rui Fernando da Silva Neto e o falecido fotógrafo e cinegrafista Pepe Pereira dos Santos assinam a reportagem “Resistência garante terras a comunidades tradicionais”, de 2010, mostrando como, em Imbituba, projetos ameaçavam famílias do Areal da Ribanceira.

Na reportagem “Ponta do Coral é ‘ponta’ da luta por território”, conto a história de resistência do Movimento Ponta do Coral 100% Pública para evitar a construção de um mega-hotel com marina no promontório que restou depois do aterro para a construção da Avenida Beira-mar Norte.

Na última edição impressa da revista, em dezembro de 2013, na reportagem “Participação popular trancafiada pelo autoritarismo”, relato como foi a mobilização do movimento popular para barrar a votação do Plano Diretor na Câmara de Vereadores de Florianópolis. A lei foi sancionada em janeiro de 2014.

Aqueles foram anos de lutas históricas do movimento popular e sindical, encontrando na *Pobres* espaço para se expressar.



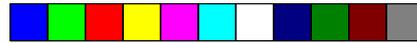
Um tanto de teoria

O meu interesse pelos temas descritos também se enroscou com a vida acadêmica, da graduação até o pós-doutorado. Para mim, a cobertura jornalística, em grau mais ou menos bem-sucedido, tem relação com o espaço concreto a partir do qual noticia. Ou seja, o espaço é constitutivo do discurso jornalístico. Nessa direção, trabalho com a premissa de que o jornalista, ao noticiar os fenômenos do cotidiano, pode desvelar nele a ideologia ao compreender o próprio cotidiano e o espaço como totalidade, e não como fatos isolados e sem conexão, o mesmo valendo para o chamado jornalismo ambiental.

As conclusões aparecem nas pesquisas que fiz para o mestrado em Geografia, que resultou no livro “Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável” (Editora da UFSC, 2006), e na tese de doutorado, intitulada “Espaço e cotidiano no jornalismo: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis”. Para mim, o jornalista deve buscar, na singularidade dos lugares, a singularidade da narrativa e, sendo assim, o jornalismo de crítica do cotidiano elucidada a experiência vivida no espaço.

Em minhas pesquisas, trabalho com a teoria marxista de jornalismo de Adelmo Genro Filho, que compreende o conhecimento como práxis – uma atividade de mútua produção entre sujeito e objeto – e a realidade social como totalidade, sendo o jornalismo, ensina Adelmo, uma forma de conhecimento da realidade cristalizada no singular. Para construir sua teoria do jornalismo, o teórico gaúcho se alicerça nas categorias filosóficas do singular, particular e universal erigidas por G. Hegel e usadas na teoria de G. Lukács sobre a arte. Sustentando-se nesses autores, Adelmo acentua que existe uma relação dialética entre as três categorias (singular, particular e universal). Cada um dos conceitos expressa as diferentes dimensões que compõem a realidade e, ao mesmo tempo, compreende em si as demais: “Nos fatos jornalísticos, como em qualquer outro fenômeno, coexistem essas três dimensões da realidade articuladas no contexto de uma determinada lógica” (GENRO FILHO, 1989, p. 162-3).

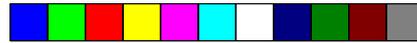
O aparecimento histórico do jornalismo implica então uma modali-



dade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular. Em termos mais concretos, o aspecto central do jornalismo como gênero de conhecimento é “(...) a apropriação do real pela via da *singularidade*, ou seja, pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica” (GENRO FILHO, 1989, p. 58, com grifo no original). O jornalismo deve irradiar o singular, o irrepetível, a forma originária do novo – deixando antever a transformação social – a partir da relação com as outras duas dimensões, evitando assim que a totalidade seja vista com uma mera soma de partes, a realidade um “(...) agregado de fenômenos destituídos de nexos históricos e dialéticos” (GENRO FILHO, 1989, p. 156).

E se o jornalismo é também uma forma de conhecer, não basta, no processo de mediação jornalística, limitar-se a ininterruptamente noticiar fatos sem inseri-los na totalidade dos fenômenos dos quais fazem parte e que os explicam. A noção de totalidade é explicada na obra do pensador francês Henri Lefebvre. Nele, a totalidade é definida como “(...) unidade e multiplicidade inextricavelmente ligadas, constituindo um conjunto ou um todo” (LEFEBVRE, 2011, p. 106). O autor afirma que o imediato, fenômeno ou fato, não se basta, porque é apenas manifestação, aparência. É preciso ir mais longe e profundamente para descobrir o que está oculto, não atrás do fenômeno ou fato, mas nele:

É preciso, para conhecer, desprender o essencial e alcançar a necessidade, o determinismo: a Lei. E, no entanto, em certo sentido, o fenômeno (imediato, dado, presente diante de nós) é sempre mais rico, mais complexo, que toda lei e toda essência. A Lei, a essência (objetiva) só é uma parte dele, para ser liberada através da análise. O fenômeno, em relação à Lei, é, portanto, uma *Totalidade*. Já que ele é uma mediação entre a essência oculta e outras realidades, outras essências: com o universo inteiro. Pois ele contém uma profundidade, uma multiplicidade de essências e leis que se imbricam (LEFEBVRE, 2011, p. 110). [Com grifo no original]



A totalidade, afirma Lefebvre, abarca a natureza e seu devenir, o homem e sua história, sua consciência, ideias e ideologias: “Ela se determina como ‘esfera de esferas’, totalidade infinita de totalidades cambiantes, parciais, implicando-se reciprocamente em profundidade, nos e pelos conflitos mesmos” (LEFEBVRE, 2011, p. 121). No limite, acrescenta, a totalidade do conhecimento coincidiria com a totalidade do universo (LEFEBVRE, 2011, p. 121). Para o autor, quem quer conhecer a realidade humana (social) deve interessar-se pelos homens: “Leis ou ‘essências’ devem nos interessar, não tanto em si mesmas e sim para compreender e servir ao humano” (LEFEBVRE, 2011, p. 112). É um compromisso com a busca do humano em sua totalidade.

A mutilação da totalidade deve-se ao que Lefebvre critica com frequência, a divisão técnica e social do trabalho e das ciências, em especial as ciências humanas. Sem partir da noção de totalidade, afirma ele, o conhecimento se dispersa, cai “(...) ao nível da constatação pura e simples”, na “(...) poeira dos fatos empíricos” (LEFEBVRE, 1967, p. 111). Porém, apenas partir dela não basta, alerta o autor. É necessário também estudar os fatos e não reduzir a reflexão a construções arbitrárias. Mesmo a noção de totalidade, portanto, deve ser sempre posta em questão. O caminho que Lefebvre indica é a construção de uma totalidade em ato, na práxis, pela práxis, uma totalidade que não se restrinja ao pensamento e à reflexão, como faz a filosofia (LEFEBVRE, 1967, p. 113).

Se tudo isso parece muito abstrato para pensar o jornalismo, indico a obra do jornalista que, para mim, melhor soube expressar a noção de totalidade no texto jornalístico: Marcos Faerman. Ele nasceu em 5 de abril de 1943 em Rio Pardo (RS) e faleceu em São Paulo em 12 de fevereiro de 1999. Faerman foi jornalista, repórter, editor, administrador cultural e professor. Viveu grande parte de sua trajetória profissional durante a ditadura militar que tomou o Brasil em 1964, e participou, como criador, editor e repórter, de importantes publicações da imprensa alternativa, um importante espaço de resistência ao regime autoritário. Escreveu mais de 800 reportagens para o *Jornal da Tarde* durante 24 anos.



A obra de Faerman está reunida no site www.marcosfaerman.com.br e dela destaco como sugestão a coletânea de reportagens reunidas no livro “Com as mãos sujas de sangue” (1979).

A vasta produção de Faerman não só configura uma obra em sentido lato, pela quantidade, como também no sentido de deixar transparecer no jornalismo a possibilidade de valor de uso (em contraposição ao valor de troca) pela irrupção, no trabalho do jornalista, de um ato poiético. Lefebvre afirma que, desprendendo-se do cotidiano e da prática social, o criador de obras entra em outra prática, a sua própria, em que se relaciona com outras obras anteriores ou simultâneas e outros criadores de obras. A esse movimento, comum a todas as artes, o autor nomeia ação ou ato poiético, prática criadora. Para mim, a obra de Faerman, que discuto em minha tese de doutorado, revela em plenitude a potência do jornalismo como forma de conhecimento da realidade a partir da compreensão do espaço como totalidade. Parte da discussão está em artigo que escrevi para o livro “A atualidade da obra do jornalista Marcos Faerman”, organizado por mim e Laura Faerman, filha de Marcos Faerman, e divulgado em 2023.

Sala de aula

Em 2007, como professora substituta no Curso de Jornalismo da UFSC, tive a oportunidade de propor e lecionar disciplina optativa que nomeei “A relação sociedade-natureza no texto jornalístico”. Hoje, passados 16 anos, lendo o Plano de Ensino, disponível no final deste texto, percebo que muito ali continua a expressar a teoria e a prática em que acredito. As experiências que tenho como mais valiosas foram as saídas de campo. Levei a turma para visitas, se bem me lembro, à Estação Ecológica de Carijós, no bairro Ratoles, à Vila do Arvoredo, em Ingleses, e ao Centro de Transferência de Resíduos Sólidos, no Itacorubi.

No curso de Jornalismo das três universidades onde lecionei, levava as turmas para saídas na cidade. Compartilho com o professor aposentado do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC Lino Peres, que organiza caminhadas peripatéticas em percursos urbanos, a certe-

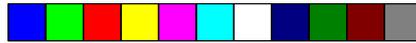


za de que são jornadas de que o corpo jamais se esquece no período de formação universitária:

É, portanto, aprendizagem pela experiência não somente letrada, mas vivida, que o estudante não esquecerá, porque lá coexistem as dores das populações, o seu sofrimento e suas alegrias. É vida pulsante que qualquer acadêmico ou cientista social jamais poderá descrever em toda sua amplitude e complexidade, mas que é conhecimento vivido que deixará marcas indeléveis no observador. E é aqui que reside a formação do estudante para além da academia, a sua formação cidadã e política, que é totalidade que vai se formando e que somente ele pode vivenciar e passar adiante, como um marinheiro que viajou muitos mares e só a partir daí, para além da cartografia científica e ensinada por fontes secundárias e laboratoriais, começa a compreender o mundo como é construído. (PERES, 2019)

De 2020 para cá, tenho me dedicado a analisar coberturas jornalísticas que tratam do conjunto de temas referidos como ambientais. Integro o Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ), o mais antigo do país, e o Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental (Fabico/UFRGS), coordenado pela professora Ilza Maria Tourinho Girardi, em que faço parte da equipe que produz análises semanais da cobertura ambiental via Observatório de Jornalismo Ambiental.

Por iniciativa da EcoAgência de Notícias Ambientais e apoio do NEJ, com as jornalistas Eloisa Loose e Vera Damian, criamos o Projeto “Ambientalistas do Sul – Memória e História”, para o qual entrevistamos ambientalistas que participaram da consolidação da temática na região Sul do Brasil. Fiz até agora oito entrevistas com pessoas que atuaram e atuam em Santa Catarina (Lúcio Dias da Silva Filho, Miriam Prochnow, Elisa Jorge, Lauro Eduardo Bacca, Jeffrey Hoff, Sérgio Luís Boeira, João de Deus Medeiros e Márcio Silva) e uma *live* sobre o papel do Movimento Ecológico Livre (MEL) na história de lutas em



defesa do ambiente em Florianópolis, com cinco participações (Análucia de Andrade Hartmann, Daniel José da Silva, Moacir Arruda, Rogério Portanova e Sérgio Luís Boeira). As entrevistas estão disponíveis na *playlist* “Ambientalistas do Sul”, na conta no YouTube da EcoAgência de Notícias Ambientais (youtube.com/ecoagencia).

Em 2020, organizei o livro “A rebelião do vivido no jornalismo independente de Florianópolis” (Pobres & Nojentas; Letra Editorial), que traz histórias relacionadas com as lutas ambientais. As minhas pesquisas atuais investigam a rua no jornalismo, refletindo sobre a máxima comum na nossa área: “lugar de repórter é na rua”.

Minha trajetória profissional, acadêmica e social está enredada com o jornalismo e suas geografias e estranhezas, como dizia o jornalista Marcos Faerman. Se no cotidiano se revelam a singularidade do vivido e os gritos das lutas urbanas, é para ele que deve olhar o jornalista, revelando as entranhas do fenômeno urbano e suas determinações invisíveis. As obras aqui mencionadas são assim tentativas de ir além da superfície das coisas e dos fatos, escavando suas origens, para que a memória da luta ambiental e urbana e de seus protagonistas não caia no esquecimento e possa inspirar a tão necessária rebelião no presente.

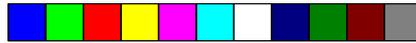
Notas

1 - O formato da revista *Pobres & Nojentas* era 23,5 x 21 cm, com 28 páginas (incluindo a capa e contracapa).

2 - Os endereços eletrônicos da revista são os seguintes: pobresnojentas.blogspot.com | youtube.com/PobresyNojentas | facebook.com/pobresnojentas

Referências

ABREU, Míriam Santini de. **Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.



ABREU, Míriam Santini de. Croniportagem: vereda entre a crônica e a reportagem no texto jornalístico. **Anais**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1822-1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

ABREU, Míriam Santini de. **O movimento “sala-rua” no ensino do jornalismo**. Trabalho apresentado no III Fórum Sul-brasileiro de Professores de Jornalismo. Blumenau, SC, 7 e 8 de maio de 2015.

ABREU, Míriam Santini de. **Espaço e cotidiano no jornalismo: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2019.

FAERMAN, Laura; ABREU, Míriam Santini de (org.). **A atualidade da obra do jornalista Marcos Faerman**. Florianópolis: Produtora Vu; Revista Pobres & Nojentas, 2023.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**, Porto Alegre: Tchê, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **Metafilosofia: prolegômenos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LEFEBVRE, Henri. La noción de totalidad en las ciencias sociales. **Telos**. v. 13, n. 1: enero/abril, 2011, pp. 105-124.

MARTINS, Anita Grando. Daqui: jornalismo hiperlocal com qualidade e compromisso ético. In: ABREU, Míriam Santini de (org.). **A rebelião do vivido no jornalismo independente de Florianópolis**. Florianópolis (SC): Revista Pobres & Nojentas; Letra Editorial, 2020,



p. 93-102.

PERES, Lino Fernando Bragança. **Percursos urbanos**: caminhar para desvendar a cidade. Disponível em: <http://professorlinoperes.com.br/pagina/1019/percursos-urbanos-caminhar-para-desvendar-a> Acesso em: 20 out. 2023.

TAVARES, Elaine; ABREU, Míriam Santini de. Pobres & Nojentas, uma revista de classe. In: ABREU, Míriam Santini de (org.). **A rebelião do vivido no jornalismo independente de Florianópolis**. Florianópolis (SC): Revista Pobres & Nojentas; Letra Editorial, 2020, p. 61-70.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Comunicação e Expressão
Departamento de Jornalismo

PLANO DE ENSINO

PROFESSOR (A): Míriam Santini de Abreu
Sala: 101 Horário: 21330

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

CODIGO: JOR5072

NOME DA DISCIPLINA: A relação sociedade-natureza no texto jornalístico

CRÉDITOS: 4

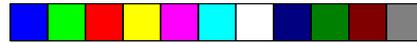
CARGA HORÁRIA: 72h/a

PRÉ-REQUISITOS: 5106

CURSO: JOR

2. EMENTA

A apropriação social da natureza. Meio ambiente, ciência e técnica. O discurso da sustentabilidade na globalização. A emergên-



cia do jornalismo ambiental: pautas, fontes, textos. O valor do lugar.

3.OBJETIVOS

Compreender o processo histórico que, a partir de práticas sociais, desencadeia a “crise ambiental”. Refletir sobre o papel da ciência e da técnica na atribuição de valor à natureza e sobre o atual período histórico da globalização. Discutir o papel do jornalismo na “crise ambiental” e perceber a importância do lugar, como conceito científico, mas também local de vivências, na produção de reportagens.

4.CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

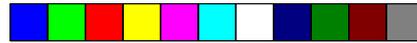
A discussão vai avançar através dos seguintes caminhos:

- 1 – refletir sobre o conceito de natureza: é natural?
- 2 – compreender a construção histórica da “crise ambiental”, especialmente dos anos 1970 em diante, a partir do estudo de diferentes autores.
- 3 – compreender a difusão do meio técnico-científico em todas as áreas do conhecimento humano e sua relação com os discursos e práticas da globalização.
- 4 – discutir a história, as especificidades e os dilemas do jornalismo ambiental.
- 5 – Perceber a importância do espaço geográfico no texto jornalística sobre meio ambiente, situando a narrativa num “lugar”.

5.METODOLOGIA

As aulas serão expositivas e práticas, com aplicação, dentro e fora da sala de aula, dos conteúdos vistos em cada aula. A metodologia inclui:

- 1.leitura de textos que propiciem a compreensão do tema da disciplina, com exposição de análises e impressões do estudante;
- 3.realização de entrevistas com pesquisadores que permitam uma visão mais abrangente da “crise ambiental”, com posterior produção de textos;
- 4.seminário em grupos;
- 5.saída de campo para a realização de reportagem;



6.produção de resenha a partir de documentários sobre o tema da disciplina.

6.AVALIAÇÃO

Além da participação nas aulas, o estudante será avaliado pela elaboração dos textos solicitados na disciplina.

- A primeira avaliação consiste na apresentação de um resumo crítico (cerca de 3 mil caracteres) sobre um de quatro documentários relacionada à temática abordada em sala de aula.

- A segunda avaliação consiste na redação de uma reportagem (cerca de 5 mil caracteres) com pauta proposta por um colega.

- A terceira avaliação consiste na redação de uma reportagem (cerca de 5 mil caracteres) com base em informações, entrevistas e reflexões feitas a partir de saída de campo.

Cada avaliação vai gerar uma nota. São, portanto, três notas, cuja soma vai definir a nota final.

7.CRONOGRAMA

1 aula

Apresentação da disciplina

2, 3 e 4 aulas

Modo de produção capitalista e apropriação social da natureza: por que a segunda metade do século 20 vê emergência da “crise ambiental”.

5 e 6 aulas

A relação entre ciência, técnica e informação: por que é importante compreender isso?

7 e 8 aulas

O período histórico da globalização

9, 10 e 11 aulas

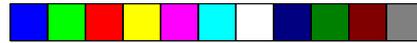
Quando o jornalismo se casa com o “ambiental”? História, potencialidades e problemas do jornalismo ambiental

12 e 13 aulas

O texto jornalístico sobre meio ambiente: compreender o mundo para interpretar o lugar

14 aula

O espaço na reportagem sobre meio ambiente



15 e 16 aulas

Temas, fontes e particularidades da reportagem sobre meio ambiente

17 aula

Encerramento e avaliação do semestre

8. BIBLIOGRAFIA BÁSICA (exemplares na BU)

BOAS, Sergio Vilas (org.). **Formação & informação científica: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2005.

*COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura**. São Paulo: Ática, 2002.

*GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NELSON, Peter. **Dez dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente**. Brasília: WWF, 1994.

*SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed Rio de Janeiro: Record, 2003.

9. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (*exemplar na BU)

BACCHETA, Víctor L. **Ciudadania Planetária**. Montevideo: International Federation of Environmental Journalists, 2000.

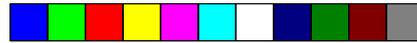
*DIAMOND, Jared. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

*DIAS, Genebaldo Freire. **Ecopercepção: um resumo didático dos desafios socioambientais**. São Paulo: Gaia, 2004.

*LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social na natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAMOS, Luís Fernando Angerami. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, 1995.

A disciplina vai utilizar trechos e capítulos de outros livros, cuja bibliografia vai ser informada ao longo do semestre em sala de aula.



A COBERTURA DE MEIO AMBIENTE NO JORNAL DE SANTA CATARINA

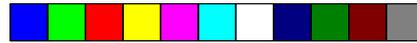
MOACIR LOTH

A Editoria de Meio Ambiente alçou, involuntariamente, o *Jornal de Santa Catarina* na vanguarda do que seria mais tarde conhecido como jornalismo ambiental. A página publicada entre 1978 e 1979 nas edições de domingo contava com a parceria infalível da Acaprena, liderada por professores e pesquisadores do Vale do Itajaí.

Utilizando tática de guerrilha, editor de Geral, Economia e Estado, lancei sem avisar chefes e donos do jornal um espaço especial para as questões ambientais. A anarquia do periódico abriu campo para debates, reportagens, artigos, notas, fotografias e ilustrações. A subversão editorial resultou em advertências ao responsável, mas, devido à repercussão favorável junto aos leitores, foi mantido, transformando-se em referência. As páginas eram colecionáveis e o jornal ganhava as salas de aula de escolas e universidades. Os temas tratados eram diversos e abrangentes. Não havia nenhum tipo de censura. Fiz isso também com Educação e Agricultura.

Reportando-me aos meus lampejos de memória, destaco a preocupação com o desmatamento, as enchentes, a poluição, os agrotóxicos, as monoculturas, o agronegócio, o tabaco, as granjas, os agricultores integrados, as barragens, os rios, os oceanos, a fauna e a flora, os fenômenos climáticos, a mão pesada do homem sobre a vida e a natureza.

Lembro-me também de que Editoria de Meio Ambiente realçava notícias boas, como a criação de áreas de preservação permanente, reservas e parques naturais, inclusive em Blumenau. Não se limitava às

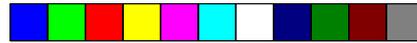


histórias nem aos fatos da hora. Priorizava a prevenção, a educação e a conscientização ambiental. Uma campanha abraçada pela editoria na época defendia a inclusão da Ecologia no currículo escolar.

No meu caso, o jornalismo ambiental acabou descambiando para a divulgação científica. Em 1987 culminou na conquista, entre outras, do Prêmio José Reis de Divulgação Científica e Tecnológica, do CNPq, para a Agência de Comunicação da UFSC (Agecom) e, em 2020, na participação no livro dos 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) com capítulo sobre a trajetória da entidade na Região Sul.

A mídia e a educação despertaram tarde para a defesa do meio ambiente e da vida. Em Santa Catarina, morros viraram sorvete e vacas subiram em telhados para escapar da morte. As catástrofes fazem parte hoje do nosso cotidiano. São tragédias anunciadas ceifando muitas vidas. Políticas públicas de comunicação sobre meio ambiente certamente teriam evitado as “boiadas” que sufocaram as instituições e atropelaram a legislação. O negacionismo trilharia por caminhos mais espinhosos.

Sobre estado da alma, penso um pouco parecido com José Saramago e Ailton Krenak. O pessimismo e o inconformismo são a senha para mudar o mundo. O futuro da humanidade, na visão mais otimista, será escrito sobre nossos escombros.



SOBRE FOTOJORNALISMO E MEIO AMBIENTE

ROSANE LIMA

Minha trajetória como repórter fotográfica começou em Rio do Sul, na Região do Alto Vale do Itajaí, no *Jornal de Santa Catarina*, depois em Chapecó, no Oeste catarinense, no jornal *A Notícia*, e por fim em Florianópolis e região no jornal *Notícias do Dia*. Ao longo desses anos, fiz uma série de coberturas fotográficas que podem ser enquadradas no que tem se chamado de jornalismo ambiental, tão necessário e urgente.

Antes de atuar como repórter fotográfica, acompanhava as experiências junto a movimentos sociais como o Movimento dos Sem Terra (MST) e instituições como a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) e a Fundação Gaia, tendo como fundador o agrônomo e escritor José Lutzenberger, com o propósito ecológico e cooperativista, na luta pela reforma agrária, pelos direitos dos povos originários e por produção de alimentos sem agrotóxicos. Lembro-me também, em 1989, da experiência de agricultores que organizaram a primeira feira ecológica, que começou com a cooperativa Colmeia.

Na caminhada como repórter fotográfica na sucursal do *Santa* em Rio do Sul, ressalto a cobertura sobre a construção da Barragem Norte, em José Boiteux, que represa o rio Itajaí do Norte dentro da terra do Povo Laklanõ/Xokleng e os impactos nos mais diversos aspectos da vida da comunidade, que interferiram e interferem, até hoje, na integridade do território e na sua organização sociopolítica e econômica.



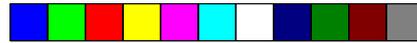
Além dos problemas provocados pela construção de barragens na região, havia consequências do desmatamento por madeireiros e uso de agrotóxicos nas plantações de fumo e outras culturas. Recordo-me do trabalho de um agrônomo que atuava na antiga Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Acaresc). Ele incentivava novas formas de produção, promovendo mudanças na forma de plantar determinadas culturas, como usar outras plantas em consórcio com o milho, como a mandioca, a batata, o feijão, sem a necessidade de agrotóxicos, provocando uma consciência com relação à preservação ambiental. E junto aos agricultores, promoveu a construção de lixeiras para que eles pudessem fazer o descarte das embalagens dos produtos utilizados em suas plantações de forma responsável.

É importante destacar a atuação da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi), entidade que sempre contribuiu para a conscientização e preservação, com projetos em defesa da Mata Atlântica, divulgando boas informações sobre questões ambientais na região.

Durante a passagem pelo Alto Vale, tive a oportunidade de trabalhar com jornalistas atentos para as questões políticas, ambientais e sociais, e entre eles destaco Adão Pinheiro, com quem pude fazer boas pautas.

Já em Chapecó, na sucursal do jornal *A Notícia*, uma das questões ambientais recorrentes tinha relação com os impactos causados pela suinocultura e avicultura e a produção de milho. A atuação dos movimentos sociais era forte na região, e destaco o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), hoje Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), na defesa dos direitos humanos de populações tradicionais e camponesas.

Em 1992, aconteceu a ECO-92, que ficou conhecida como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, chamada também de Cúpula da Terra. E aqui menciono Ailton Krenak, Fritjof Capra, Ilza



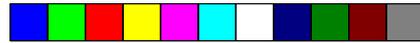
Giraldi e Claudia Andujar, pessoas que influenciaram minha atuação no fotojornalismo ambiental, no direito dos seres humanos à terra para uma vida produtiva e saudável em harmonia com a natureza e a importância dos povos originários e das comunidades locais no manejo ambiental.

Em meus estudos e com essas referências, aprofundo a compreensão de como, desde o século XIX, a fotografia vem se transformando em fator crucial para despertar a consciência política, econômica, social, cultural e ambiental como documento. Susan Sontag aprofunda essa compreensão:

Enquanto uma pintura ou descrição em prosa nunca podem ser mais do que uma simples interpretação seletiva, uma fotografia pode ser encarada como uma simples transparência seletiva. Mas, apesar da presunção de veracidade que confere à fotografia a sua autoridade, interesse e sedução, o trabalho do fotógrafo não é uma exceção genérica às relações habitualmente equívocas entre arte e verdade. Mesmo quando os fotógrafos se propõem sobretudo a refletir a realidade estão ainda constrangidos por imperativos tácitos de gosto e de consciência. (SONTAG, 1981, p. 16)

E, desta forma, a contribuição do fotojornalismo no âmbito do jornalismo ambiental se fortalece nas atitudes e ações quando ocorre confronto social e ambiental, o não cumprimento dos direitos humanos e quando, de forma transparente, revela as evidências para reflexões e soluções para os problemas ali apresentados.

Quando fui trabalhar em Florianópolis, na sucursal do jornal *A Notícia*, em 1993, mesmo sendo sucursal, encontrei uma boa estrutura. Nós, repórteres fotográficas, cobrimos várias pautas, em várias editorias, principalmente quando atuamos em sucursais. Normalmente, um repórter de texto e um fotógrafo cobrem toda a região. Em *A Notícia*, a redação tinha chefe de reportagem, pauteira, editores, repórteres de textos, repórteres fotográficos e laboratorista.



Para um jornal estadual, as coberturas de problemas locais eram bem definidas entre as editorias. Normalmente, os temas ambientais apareciam na editoria de Geral. Não existia uma página ou caderno específico para questões ambientais. Na redação, havia jornalistas atuantes em diversas questões políticas, sociais e ambientais. E principalmente uma pauteira, a jornalista Elaine Tavares, com olhar muito atento aos problemas da cidade. E quem chega na cidade, ainda com olhar de turista, diante das belezas naturais, desconhece que há muita luta para preservar determinadas áreas e patrimônios.

Com o passar do tempo, aumentam os crimes ambientais. De um lado, os interesses dos empresários da construção civil em erguer grandes empreendimentos em nome do turismo, em um processo de verticalização, ocupando áreas de preservação, dunas, entre outros, com forte cobertura tensionada dos jornais, pois as construtoras são anunciantes e patrocinadoras de colunas e programas. E, por outro lado, os movimentos sociais e outras entidades na luta por moradia, muitos dos quais registrei ao longo de minha trajetória.

Ainda na década de 1990, o jornal *A Notícia* criou o caderno *AN Capital* para fazer frente aos jornais *O Estado* e *Diário Catarinense*, grandes concorrentes à época na região da Grande Florianópolis. Naquele caderno, tive a oportunidade de participar de publicações com muitos jornalistas envolvidos na questão ambiental. Cito as jornalistas Cléia Schmitz, Julia Berutti e Ana Tonial e os jornalistas Osmar Gomes, Edson Costa, Clésio Beltrame, Celso Martins e o pauteiro e chefe de reportagem Edson Rosa.

Vale mencionar o projeto com o qual fomos vencedores de um prêmio em São Paulo, o Prêmio Abrelpe de Reportagem, da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, sobre a reciclagem do lixo, tendo como editora a jornalista Adriana Ferronato, que uniu dois projetos apresentados para um grande projeto e uma equipe super envolvida na diagramação, fotografia, ilustração, textos e edição, com Ana Paula Lückman, Cléia Schmitz, Frank Maia e Airton Cruz.

Em 2008, comecei a atuar no jornal *Notícias do Dia*, também com cobertura de fatos ligados aos temas ambientais. Até porque os problemas da cidade, como saneamento, poluição e contaminação de rios e mangue-



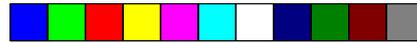
zais, destruição de dunas e restingas, falta de planejamento urbano e de políticas públicas para habitação, entre outros, estão aí, visíveis, pipocando.

Naqueles dias, abrimos uma brecha na página do jornal, no site, na tevê e nas redes sociais para a manchete: A CIDADE E SEUS PROBLEMAS!

Nos últimos anos, tenho atuado em projetos de extensão universitária e pude fazer trabalhos no bairro Monte Cristo, na parte continental de Florianópolis, e na Ocupação Marielle Franco, no Maciço do Morro da Cruz, aprofundando o entendimento de que as pautas sociais, como o direito à moradia, estão diretamente ligadas aos temas ambientais, me pautando por um fotojornalismo que se preocupe com essas questões, na construção de uma narrativa reveladora dos impactos ambientais causados por grandes empreendimentos econômicos.

Referência

SONTAG, Susan. **Ensaios sobre fotografia**. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.



ANEXO

MEIO AMBIENTE NOS 50 ANOS DO SANTA

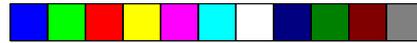
Lauro Eduardo Bacca, artigo para jornais da NSC de sexta, 24/09/2021

O *Jornal de Santa Catarina*, nascido há 50 anos, foi o primeiro jornal impresso em off-set e a Acaprena (Associação Catarinense de Preservação da Natureza), nascida há 48 anos, foi a primeira ONG ambientalista do Estado. As trajetórias dessas entidades – uma empresa jornalística e uma ONG ambientalista têm tido muita coisa em comum, além da curiosidade de terem sido vizinhos. O *Santa* nasceu na rua São Paulo e a Acaprena também, a 300 metros de distância, junto à Furb, em Blumenau.

Desde o início as matérias de interesse ambiental preencheram muitas páginas do *Santa*. Não existia nenhum órgão ambiental oficial na cidade, no Estado e sequer no Brasil em 21 de setembro de 1971, dia do nascimento do *Santa*. A poluição corria solta e a Mata Atlântica tombava vítima da impiedosa e quase sempre irregular ação de empresas madeireiras.

Havia apenas diretrizes de saneamento, tímidas normativas de Planos Diretores municipais e pífias tentativas de controle de desmatamento pelo extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, tão pífias que, à época, alguns o apelidavam, pejorativamente, de “Instituto Brasileiro de *Destruição* Florestal”.

A grande virada ambiental mundial tem data: 05 de junho de 1972, com a realização da primeira conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Conferência de Estocolmo. Pela primeira vez, chefes de estado de quase todos os países do mundo se reuniram para tratar desse tema. No seu primeiro ano de existência o *Santa* noticiava esse evento.



No ano seguinte, em maio, surgia a Acaprena e em outubro a Sema (Secretaria Especial do Meio Ambiente), hoje Ministério do Meio Ambiente. Em 1975 surgia a Fatma, atual IMA (Instituto do Meio Ambiente estadual) e em 1977 o prefeito Renato Vianna criava a Aema (Assessoria Especial do Meio Ambiente), o primeiro órgão ambiental municipal de Santa Catarina e o segundo do Brasil. As instituições oficiais estaduais e municipal foram frutos de sugestões da Acaprena, ambas noticiados pelo *Santa*.

Em 1978 e 1979 surgia a primeira parceria semiformal entre a Acaprena e o *Santa*, duas páginas inteiras dedicadas ao Meio Ambiente, publicadas nas edições de fim de semana, editadas pelo grande jornalista Moacir Loth, sob inspiração do diretor da Acaprena no cargo da presidência, Nélcio Lindner. Foram nessas páginas que comecei a interagir mais assiduamente com o *Santa*, escrevendo a coluna “Curtas e Semi-curtas”, tratando de aspectos ambientais, gerais e regionais. Enchentes, desmatamentos, loteamentos irregulares, poluição, caça clandestina, denúncias e cobranças das autoridades, muitos foram os temas ambientais tratados pelo *Santa* ao longo desses 50 anos nestas páginas e no noticiário geral

Se fosse para escolher o período mais dramático de notícias ambientais de todo esse período, escolheria a grande polêmica ocorrida nos anos que antecederam a criação do Parque nacional da Serra do Itajaí, finalmente acontecida em 04 de junho de 2004. Inesperadamente surgiu um movimento contra a criação do Parque aqui na região e o *Santa* deu amplo destaque para ambas as partes, em pautas de tamanhos milimetricamente iguais, não permitindo espaço a mais nem para uma nem para outra parte. Tema que rendeu algumas matérias de capa, antes e depois da criação do Parque.

Resumir 50 anos em 50 linhas não é fácil. Mas, uma coisa é certa: a conscientização ambiental da população deve muito à boa acolhida e trato correto com que a imprensa – em especial o *Santa*, tem propiciado à causa ambiental. A natureza e o que foi salvo até agora de toda a sua esplendorosa biodiversidade agradece e continua contanto com esse imprescindível apoio. A população, claro,



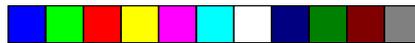
também agradece. Nossos filhos e netos, certamente, também agradecerão.

Lauro Eduardo Bacca é presidente da Acaprena – Associação Catarinense de Preservação da Natureza, fundada em 05/05/1973.

Reprodução autorizada







SOBRE OS E AS AUTORAS

Edson Rosa, 62 anos, nasceu em Florianópolis/SC, junto à foz do rio do Brás. Aposentado por tempo de serviço desde 2015, começou a trabalhar em 1976 como auxiliar de revisão dos extintos Diários Associados de Santa Catarina. Estreou na reportagem em 1979, em A Gazeta, onde também foi revisor. Foi repórter da sucursal de Florianópolis de A Notícia, com sede em Joinville, em duas passagens, nas décadas de 1980 e 1990. Ainda em A Notícia, durante 11 anos foi chefe de reportagem, pauteiro e editor do suplemento AN Capital, entre as décadas de 1990 e 2000. Atuou também como repórter em O Estado e nas sucursais de Florianópolis do Jornal de Santa Catarina, com sede em Blumenau, e Correio do Povo, de Porto Alegre/RS. Foi pauteiro e chefe de reportagem da TV Cultura/RCE, da TV O Estado/SCC-SBT e da TV Record, todas em Florianópolis. Em 2014, ganhou a fase regional do Prêmio Fatma de Jornalismo, com reportagem sobre o banco genético da mata atlântica preservado pelo último remanescente da floresta primária no cume do morro da Lagoa do Peri. Em 2016, recebeu o Prêmio Dakir Polidoro de Jornalismo, da Câmara de Vereadores de Florianópolis.

Elaine Tavares é jornalista, mestre em Comunicação Social pela PUC/RS e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua há mais de 30 anos com Comunicação Popular e é autora de mais de 10 livros, com destaque para “Jornalismo nas Margens” e “A Utopia na Reportagem”. É coeditora da revista *Pobres e Nojentas* e uma das editoras da *Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, do IELA. Alimenta diariamente, desde 2004, o blog “Palavras Insurgentes” e tem dois programas na Rádio Comunitária Campeche, o “Chão de Terra” e o “Campo de Peixe”.

Imara Stallbaum nasceu em Porto Alegre em 1952, é formada em Jornalismo na UFRGS (1974) e possui mestrado em Mídia e



Conhecimento na Engenharia de Produção/UFSC(2005). Trabalhou no RS, SP e RJ até chegar a SC em 1997. Deu aulas de redação e técnicas de jornalismo na Unisul, Estácio de Sá (SJ) e Ielusc (Joinville). Com o fotoperjornalista Antonio Carlos Mafalda fundou a Mafalda Press há 20 anos e lá produz livros-reportagem.

Miriam Santini de Abreu é doutora em Jornalismo (UFSC), mestre em Geografia (UFSC), especialista em Educação e Meio Ambiente (UDESC) e graduada em Comunicação Social/Jornalismo (UNISINOS). Autora do livro “Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável” (EdUFSC, 2006) e organizadora do livro “A rebelião do vivido no jornalismo independente de Florianópolis (*Revista Pobres & Nojentas*; Letra Editorial, 2020). É coeditora da *Revista Pobres & Nojentas*, integra o Projeto Repórteres SC e pesquisa a Rua no Jornalismo.

Moacir Loth, jornalista desde 1975, nasceu em Blumenau (SC) em 8 de junho de 1958. Participou da direção da ABJC, Conjai, Fenaj e Sindicato dos Jornalistas de SC, no qual integrou a Comissão de Ética. Autor do livro “Educação, ideologia e constituição” e organizador de “Comunicando a ciência” (ABJC, UFSC e Fenaj). Presidiu a Comissão Organizadora do 6º Congresso Brasileiro de Jornalismo Científico. Sob a sua direção, em 1994, a Agecom/UFSC ganhou o Prêmio José Reis de Divulgação Científica. Pelo JSC conquistou em 1993 o Prêmio Esso de Jornalismo (Regional). Coordenou até 2010 o Programa de Jornalismo Científico (convênio Fapesc/UFSC).

Rosane Lima tem 62 anos e nasceu em Porto Alegre. Trabalha desde 1978, e a partir de 1990 como repórter fotográfica. Cursou Biblioteconomia na UDESC e atualmente Arquivologia na UFSC. E continua fotografando... Prêmio Categoria Foto, Região Sul. Nossos Trabalhadores. Ministério Público do Trabalho – Brasília/DF – 2014; Prêmio Fotojornalismo. Instituto Guga Kuerten – Florianópolis/SC – 2011; Exposição Fotográfica Sabenças. Sindicato dos Trabalhadores



da UFSC (SINTUFSC) – Florianópolis/SC – 2002; Livro Ensaio para a Liberdade. Instituto Arco-Íris – Florianópolis/SC – 2002; Exposição Fotográfica Ensaio para a Liberdade. Instituto Arco-Íris, Presídio Feminino de Florianópolis/SC – 2002; Exposição Fotográfica Mineiros. Observatório Social – Fórum Social Mundial – Porto Alegre/RS – 2002; Exposição Fotográfica Trabalhadores. Observatório Social – Fórum Social Mundial – Porto Alegre/RS.



